

## **082ª SESSÃO ORDINÁRIA 02SET2015**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra.

**A Sra. Mônica Leal:** Sr. Presidente, gostaria de fazer o registro de que hoje é o Dia do Repórter Fotográfico e eu, como jornalista, acho que é importante deixar declarado, nos Anais desta Casa, que o jornalismo e a imprensa não teriam essa evolução se não contássemos com o trabalho do repórter fotográfico. É conhecida a frase de que uma foto, às vezes, vale mais do que muitas palavras. Quero cumprimentar os fotógrafos e, principalmente, os colegas desta Casa que fazem um excelente trabalho levando para fora o que ocorre nas nossas Sessões e Comissões. Obrigada.

**A Sra. Jussara Cony:** Sr. Presidente, quero dizer da importância da proposta da Ver.<sup>a</sup> Mônica, mas dizer que ontem não tivemos oportunidade de cumprimentá-la pelo seu aniversário. É importante que a Câmara dê os parabéns a cada Vereador e Vereadora.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Sempre, sempre, temos que festejar o dia.

**O Sr. Eng<sup>o</sup> Comassetto:** Sr. Presidente, peço que a câmera foque o nosso fotógrafo. (Filma o fotógrafo.) Uma homenagem a todos os fotógrafos: uma imagem vale mais do que mil palavras!

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Muito bem, Vereador, em nome da Câmara Municipal está feito o registro ao Dia do Fotógrafo.

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto e demais Vereadores que estavam, ontem, aqui, numa reunião importante da CUTHAB, a qual V. Exa. preside, eu estava representando a Mesa Diretora da Casa, o Ver. Mauro Pinheiro e toda a nossa Mesa, Ver. Comassetto, Ver. Casartelli, Ver. Cleiton,

---

Ver.<sup>a</sup> Fernanda, e depois, ao final, o Líder do Governo, Ver. Cassio Trogildo, acho que houve um encaminhamento importante. Nós estávamos com o plenário cheio. Tenho que agradecer à Mesa Diretora porque um maior número de pessoas que veio buscar, nesta Casa, como sempre, a nossa participação, para garantir o direito à moradia. Recebemos duas comunidades da Restinga, através da CUTHAB, presidida pelo Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto. Além dos encaminhamentos tirados, com certeza o Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto falará deles desta tribuna, buscamos, como principal encaminhamento, uma reunião com o Vice-Prefeito.

Então, quero dizer da importância que foi a reunião da CUTHAB, da importância de que nesse processo nós tivéssemos conseguido conversar com o Vice-Prefeito Municipal Sebastião Melo, e estamos esperando o retorno do Ver. Kevin Krieger, que ficou com essa responsabilidade, como Líder do Governo. Eu estou como Líder de oposição, Ver. Kevin, mas é uma questão importante que a Casa participou, que a CUTHAB participou e vários Vereadores, para que pudéssemos ter a Câmara Municipal junto com a UAMPA, os representantes da comunidade, para buscar soluções nesse contexto social do direito à moradia, mas também no processo da reforma urbana e no processo de garantir que possamos ter regularização fundiária nesta Casa. Tinham muitas mulheres com os seus filhos, foi um momento alto da luta política desta Casa, e eu tive o prazer de participar, como Líder do meu partido, Líder da oposição e representando a Mesa. Quero dizer que chegamos a um momento importante, fruto da luta da população, da UAMPA e da relação com esta Câmara, de garantir que, até sexta-feira, nós tenhamos essa reunião com o Prefeito, porque uma comunidade está com ordem de despejo, e a outra já está se organizando. São próprios da Prefeitura. Portanto esse diálogo com a Prefeitura é estratégico e essencial, e, naturalmente, saiu daqui, fruto da luta e da organização da população.

Quero entrar numa outra questão, a que se refere a um projeto urbanístico que tramita nesta Casa, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que é o PLCL nº 020/11, que altera o regime urbanístico da 3ª Perimetral e da linha projetada do metrô, definindo como área de revitalização a faixa de 120 metros no entorno das vias, onde se amplia o índice potencial construtivo com venda de Solo Criado. Em resumo, nós poderíamos situar quatro pontos importantes, que precisam, efetivamente, de uma maior discussão. Primeiro, é um maior estudo da viabilidade técnica, histórica e cultural; segundo, não há certeza da execução

---

do metrô em Porto Alegre, se passa ou não nesse processo de rearranjo do projeto urbanístico que o projeto do Ver. Pujol apresenta; terceiro, não houve audiência pública sobre o tema, o que já causou problemas jurídicos com as AEISs; quarto, temos que revistar o Plano Diretor em 2020, então, precisamos discutir a Cidade como um todo. Eu estou iniciando esse processo de discussão em face de uma nota técnica que nós recebemos do IAB – V. Exa. deve ter recebido –, demonstrando um pouco as nossas preocupações. Nós participamos do Conselho Estadual das Cidades, em que temos uma relação importante com esses setores que nos ajudam muito. Eu já vi V. Exa. aqui dizer do papel do IAB, dos engenheiros, dos arquitetos, por isso eu estou trazendo essas preocupações.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

**A SRA. JUSSARA CONY:** O Instituto de Arquitetos do Brasil vem, a público, manifestar, em princípio, uma posição contra o PLCL nº 020/11, que tramita nesta Casa, cujo conteúdo é a proposição de duas novas áreas de revitalização, na forma do art. 83, do nosso Plano Diretor. Elas se situam, sob a perspectiva do adensamento da Cidade, junto aos corredores de desenvolvimento, ou seja, junto às vias estruturadoras do sistema de transporte e tráfego urbano. Nós temos que aprofundar a questão da mobilidade urbana, V. Exa. tem sido parceiro nisso. É uma estratégia de ocupação urbana importante, visando ao melhor aproveitamento da infraestrutura urbana que já temos, por isso eles se preocupam com o conteúdo do projeto, sobretudo em relação a alguns fatores. Eu já os citei rapidamente e agora vou aprofundá-los no tempo que me resta.

Primeiro: ausência de um estudo técnico mais aprofundado sobre a possibilidade da infraestrutura em geral, além da estrutura viária, para atendimento do adensamento proposto. Um estudo mais detalhado deveria também, segundo o IAB, contemplar a identificação dos exemplares arquitetônicos de importância histórica e cultural passíveis de proteção – aos quais sempre estamos atentados, V. Exa. sempre está atento –, seja através de inventário ou mesmo de tombamento.

Segundo item: a proposição de uma faixa – isto me preocupou um pouco, depois quero conversar com eles, também com V. Exa. – de 120 metros para cada lado das vias

---

estruturadoras, uma vez que a prática histórica do planejamento urbano, em Porto Alegre, expressa tanto no Plano de Desenvolvimento Urbano quanto no primeiro Plano nosso, em 1979, a existência de uma faixa de 60 metros, contemplando um aumento volumétrico apenas junto às vias com maior largura e, portanto, maior capacidade de atendimento às condições mínimas de três fatores que são importantes para a qualidade de vida: ventilação, a iluminação e insolação.

Terceiro item: a redução do número máximo de vagas de estacionamento. Ao tratar dos corredores de estruturação do transporte público, um novo regime deveria contemplar uma redução no máximo de número de vagas de estacionamento das edificações promovendo um padrão de edifício diferenciado, uma vez que a própria justificativa do projeto é promover uma melhor utilização dos serviços de transporte coletivo projetado e/ou implantado. Temos um implantado e a perspectiva da projeção, porque acho que temos que pensar Porto Alegre para daqui a 50 anos.

Quarto item: a aplicação dos recursos oriundos do Solo Criado deve ser regulada de forma a promover melhorias no entorno, ou mesmo o seu uso para investir em projetos de habitação de interesse social junto às áreas. Isso nós precisamos, Ver. Pujol, a fim de contemplar um projeto de Cidade que combata a profunda segregação social no espaço urbano. Nós temos que pensar nesse centro, na mobilidade e na ocupação justa da Cidade face às demandas, inclusive, e às dificuldades que nós temos.

Quanto ao inciso VII, propõe-se que a aplicação do regime previsto nesse projeto seja condicionada ao início da operação do metrô, ou pelo menos, à iminência da implantação do metrô de fato – eu fiz um Pedido de Informações, e não o recebemos ainda da Prefeitura –, evitando-se, dessa forma, o adensamento prévio da área, o que acarretaria saturação da infraestrutura viária existente.

E, por fim, eles entendem que um projeto dessa importância que propõe um significativo adensamento em áreas importantes da Cidade carece de um amplo debate público, estudos técnicos mais aprofundados e uso de dados urbanos atualizados nas áreas urbanas em questão.

Por que eu trouxe isso aqui? Porque, como liderança de oposição, como liderança do PCdoB, acho que o IAB tem sido um parceiro estratégico nas questões urbanas da nossa Cidade, no Conselho Estadual, no Conselho Nacional, nas conferências que realizamos aqui.

---

Então, V. Exa., que é um Vereador que tem um trabalho nessa área, eu acho que seria interessante – serei parceira para ouvir o IAB – que esse projeto possa ter um pouco mais dessa contribuição, ou, no mínimo, possa dirimir as dúvidas que eu trago a esta tribuna. Agradeço inclusive a sua atenção, e creio que V. Exa., naturalmente, com o seu mandato e com esse seu olhar, pode fazer esse contato. Eu tenho documento do IAB – talvez V. Exa. tenha recebido –, para que possamos encaminhar o melhor para a cidade de Porto Alegre, sem demérito à sua iniciativa, mas há problemas em relação a ela. Muito obrigada pela sua atenção, Ver. Pujol.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Obrigado, Vereadora.

(14h38min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Em discussão o PLCL nº 011/14, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCL nº 011/14, com Veto Total.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este projeto havia sido alinhado aqui por nós, para que pudéssemos tirar do rol de atos lesivos, no Código Municipal de Limpeza Urbana, as oferendas das religiões de matriz africana. Já havia sido aprovada, inclusive, a presença de animais, e o resto, os ebós – como são chamadas as oferendas –, foram colocados dentro desse projeto para que pudéssemos sanar a falha que houve, inicialmente, dentro do Código. Em princípio, foi votado aqui este projeto, posteriormente vetado pelo Prefeito. Mas, após uma conversa, e a sensibilidade do Prefeito Fortunati, inclusive com a presença do Secretário André Carús, foi acertado para que fosse derrubado este veto. Então, esse é o direcionamento, algo que foi construído junto à Prefeitura, ao Secretário. Inclusive, não tem nada a ver com sacralização – gostaria de deixar bem claro, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, isso não tem nada a ver com sacralização, são questões religiosas que nós gostaríamos que fossem mantidas. Nós fizemos um seminário, nesta Casa, com cerca de 300 e poucas pessoas de religião de

---

matriz africana que estão dispostas a trabalhar e mudar a cabeça de uma minoria para que possamos, no futuro, ter um trabalho mais voltado para o meio ambiente.

Com esse projeto, já foram retiradas garrafas, papéis, materiais não biodegradáveis. E estamos indo mais longe, senhores: não estamos discutindo e simplesmente colocando dentro de uma norma o que é um direito à religiosidade; nós estamos discutindo para que venha um sentimento ainda maior que é o de estar presente na defesa do meio ambiente. Então, eu peço aos senhores que derrubem o veto, assim como é a minha vontade, também a do Prefeito Fortunati após uma construção. E estão aí os dois Líderes do Governo, que sabem disso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação o PLCL nº 011/14, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 011/14, com Veto Total.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, sempre que um tema vem para debate na cidade de Porto Alegre – que passa por esta Casa, pelo Legislativo Municipal –, que diz respeito à discussão racial, à discussão religiosa, à discussão das políticas de inclusão, nós sempre encontramos pareceres que apresentam contrariedades. Quando discutimos e aprovamos esse projeto do Ver. Delegado Cleiton, para tirar da discussão da limpeza urbana referente à religiosidade das matrizes africanas, nós assumimos aqui um compromisso de dizer aquilo que a Constituição já diz: que este País é um país em que as liberdades de expressão, de religião, racial, sexual, entre outras, estão garantidas.

O Delegado Cleiton veio à tribuna dizer que o veto do Sr. Prefeito já foi compreendido, já foi superado. Naquele momento, Cleiton, isso esteve muito associado com o debate que aconteceu na Assembleia Legislativa sobre o PL nº 021, que trazia toda uma discussão sobre a questão do sacrifício de animais.

Eu quero dizer aqui que o debate que temos feito na Casa é sob o ponto de vista da liberdade religiosa na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil, conforme a Constituição brasileira determina, que cada um tem os seus ritos e, dentro da religião de matriz africana – eu aprendi isso, Ver.<sup>a</sup> Fernanda –, também há a questão da soberania

---

alimentar. Dentro da soberania alimentar, tem o formato ou os métodos que são utilizados para o sacrifício de animais. Se nós entrarmos nesta discussão, o Rio Grande do Sul tem por tradição o churrasco, que é a tradição do sacrifício de animais bovinos ou suínos, Ver. Cecchim, o senhor que é natural de uma região que produz frangos e suínos; agora, cada um tem o seu rito. E eu quero fazer um paralelo com o judaísmo ou com os países muçulmanos que importam carnes de aves, de suínos e carne bovina do Rio Grande do Sul e do Brasil. Estes países que importam mandam para cá os seus mestres religiosos, que determinam nos frigoríficos o procedimento que tem que ser feito para o abate dos animais e para os cortes. Então, a religião, a religiosidade, que trata da questão do sacrifício dos animais e trata também da segurança alimentar, tem os seus ritos. Nós temos que incorporar isso no nosso debate e na nossa análise como algo salutar na sociedade de Porto Alegre. Vamos manter o apoio ao seu projeto e acompanhar o seu pedido pela derrubada do veto.

Quero registrar aqui que este é um debate que continua. A Bancada do Partido dos Trabalhadores vem acompanhar o autor do projeto e vai votar pela derrubada do veto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal o PLCL nº 011/14, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 25 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Total.

Em discussão o PLL nº 381/13, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 381/13, com Veto Total.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa tarde a todos e a todas, nós vamos tratar, espero, no dia de hoje, de um projeto importante, que trata da proibição da utilização de animais para fabricação de produtos cosméticos e de higiene, e eu quero cumprimentar os ativistas e as ativistas que estão aqui presentes e que representam uma parcela enorme da sociedade, que está sensibilizada com o tema e que sabe que logo, logo trataremos desse direito dos animais; uma expressão que, há décadas não se usava, mas que hoje

---

está consagrada, inclusive juridicamente, como uma forma de reconhecer a dignidade e os direitos dos animais.

Mas eu subo a esta tribuna também para falar deste veto. O Prefeito vetou um projeto aprovado pela nossa Câmara Municipal, um projeto bastante simples, que obriga a identificação visual do nome, do sobrenome, do tipo sanguíneo e do número de matrícula nos uniformes dos servidores públicos detentores de cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal. Bem, nada mais justo do que os agentes públicos estarem plenamente identificados. Se por questões de segurança, não podem se identificar, por algum tipo de represália; é uma situação totalmente excepcional, mas, de regra, todo agente público precisa ser identificável. Mas o Prefeito, apesar da aprovação do projeto aqui na Câmara – um projeto que trata do princípio da publicidade da Administração Pública, um princípio constitucional –, apresentou as razões do veto em dois parágrafos, um colocando que estamos aqui interferindo em matéria do Poder Executivo. E o segundo argumento, esse é o mais incrível, é que não estamos apontando no projeto os custos da implementação, Prof. Alex, da Lei. Eu até fiquei curioso em fazer um levantamento, Ver. Mario Manfro, de quanto custa aquele bordado ali. Se nós entendermos que isso é um custo que estamos gerando para o Poder Executivo, então não podemos fazer mais lei nenhuma. Acho que até a publicação da lei, papel que gera o processo, estamos gerando custos. É lógico que quando a lei fala que estamos proibidos de legislar colocando custos para o Executivo, não é, logicamente, o custo de um bordado num uniforme. Digo bordado porque tínhamos previsto na lei a questão do bordado justamente para evitar que o próprio agente retirasse e colocasse a seu bel prazer com velcro ou alguma coisa assim. Então, infelizmente, os argumentos utilizados, nós aqui estabelecemos um direito, um princípio constitucional da publicidade de um agente público, que se coloca como se estivéssemos invadindo a competência do Executivo. E o segundo argumento é do custo. Eu não sei, Ver. Bernardino, o que nos sobrar para legislar, se o bordado do uniforme é considerado um custo para o Poder Executivo, então, tudo o que fazemos aqui será considerado custo. Eu lamento a falta de sensibilidade, a falta de sintonia com os tempos, a falta do atendimento a esse princípio da publicidade. E quero aqui fazer um pedido, espero que a base do Governo esteja livre para votar, que faça com sua própria convicção, que não seja uma decisão de Governo, apesar do veto do Prefeito, estejam livres para votar, e derrubemos, assim como acabamos de derrubar o veto, pela sensibilidade do Prefeito – o Ver.



---

Delegado Cleiton sensibilizou o Prefeito, conseguiu acordo para derrubarmos o veto –, também iremos neste sentido. É o que espero e o que peço dos colegas Vereadores e Vereadoras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 381/13, com Veto Total.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, esse projeto de lei do meu colega, Ver. Marcelo Sgarbossa, é muito simples, eficaz e muito atual. Portanto, Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, as alegações trazidas aqui no projeto para vetar o projeto que propõe nada mais, nada menos, Ver. Paulo Brum, que a Guarda Municipal e todos que atuam nesta estrutura de segurança pública municipal tenham o similar que já existe no trabalho federal, estadual e que deveria ter, todo o agente de segurança, seu nome de identificação. Porque o papel de um guarda é guarnecer, proteger, prestar apoio a quem necessita e, muitas vezes, estabelecer até um contraditório. A pior coisa que há é um funcionário público negar-se a fazer a sua identificação. Tendo a identificação, Ver. Mario Manfro, isso é um sinal da transparência da relação e da sua atividade como funcionário público. Então, o projeto é muito simples. O que diz o projeto? Que fica obrigatória a identificação visual do nome, do sobrenome, do tipo sanguíneo e do número da matrícula nos uniformes dos servidores públicos municipais detentores de cargo de provimento efetivo da Guarda Municipal. Para fins de dispositivo desse artigo, considera-se uniformes: camisas, camisas, jaquetas e inclusões, e assim por diante. Ver. Marcelo Sgarbossa, aí diz que haverá custos, justifica por que haverá custos. É óbvio que tudo tem custo, mas nós não vamos lá agora e tirar as camisas dos guardas e dizer que não podem mais usá-las. Mas a nova leva de camisas a serem produzidas já virão com essa identificação; os novos uniformes já virão com essa identificação. A regulamentação desta lei, prezados Ver. Kevin Krieger e Ver. Marcelo Sgarbossa, pode dizer terá um processo de transição que os novos uniformes já virão todos com essa identificação. Então, quando o senhor coloca aqui que também tem que ter o grupo sanguíneo, por que isso? Porque a Guarda está numa atividade que também é uma atividade de risco. E se lhe ocorrer alguma situação em que

---

---

ele corra o risco de vida e que precisa ser socorrido de imediato, estando ali a sua identificação sanguínea – como todos os órgãos de segurança já têm –, isso facilita e ajuda a salvar vidas. Então, eu vejo assim que esse aqui, Ver. Pujol, não pode ser um projeto de disputa política; esse tem que ser um projeto que venha a qualificar o serviço público do Município de Porto Alegre. Portanto, manter o projeto não é nem uma disputa política e muito menos uma afronta ao Prefeito. E eu creio que aqui nós poderíamos conversar com o Prefeito no sentido de fazer um decreto de regulamentação, no qual ele pode estabelecer um prazo, porque aqui não diz – um prazo no qual todos têm que estar já com a identificação. Diz que a lei entra em vigor a partir da sua aprovação, mas, através da regulamentação, pode ser feita uma transição. Essa é a nossa sugestão, pedindo aqui que a gente possa aceitar o projeto em detrimento dessa condução do veto. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 381/13, com Veto Total.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas, muito boa tarde, venho aqui discutir o veto do Sr. Prefeito José Fortunati ao projeto por nós aprovado, de iniciativa do colega Ver. Marcelo Sgarbossa, que determinava a colocação bordada aqui no uniforme dos Guardas Municipais, do seu nome e do seu tipo sanguíneo. E tomo a liberdade, pela experiência de trabalho com Guardas Municipais, não só na Guarda de Canoas, como na elaboração do Estatuto das Guardas Municipais, que já é uma lei federal de 2013, aprovada pelo Congresso Nacional. E que me parece que, reiteradas vezes, o Prefeito Fortunati desconhece, ignora ou quer ignorar, e de forma equivocada faz isso; não só ele, como também o Vice-Prefeito Sebastião Melo e a atual gestão da Prefeitura, que simplesmente abrem mão de fazer qualquer esforço pela redução da violência na cidade de Porto Alegre. Aliás, quanto a isso eu não questiono a coerência da atual gestão, porque, desde a campanha eleitoral, o Prefeito já disse: “Segurança pública e violência? Não me incomodem, porque isso não é problema meu”. Eu fico me perguntando como é que o Prefeito de uma cidade de 1,4 milhão de habitantes consegue dormir à noite com o problema da violência a que somos assolados, por vários motivos, que não são culpa

---

pág. 10

---

dele, sem dúvida nenhuma – tem questões nacionais, internacionais, do Rio Grande do Sul. Como é que o Prefeito, aquele que lidera a Cidade, simplesmente lava as mãos e diz que a violência por que o senhor e a senhora passam todos os dias não é um problema dele e que não vai fazer absolutamente nada a respeito do problema da segurança pública? Essas são as palavras do Prefeito Fortunati desde a sua campanha, que ele mantém com afinco na sua gestão. Eu, até hoje, nesses quase três anos, não vi uma ação do Prefeito na área da segurança pública. Eu não estou nem dizendo que seja bom ou ruim, Ver.<sup>a</sup> Mônica; estou dizendo que não vi absolutamente nada, na atual gestão, ser feito, por exemplo, na prevenção à violência. Nós fizemos uma audiência pública e eu soube que, quanto à prevenção à violência em Porto Alegre, tem três Guardas Municipais trabalhando.

**A Sra. Mônica Leal:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kopittke, vamos falar aqui em segurança. O Prefeito atuou fortemente nas praças, na iluminação, e iluminação é segurança preventiva! Quando se ilumina uma praça, que é o coração do bairro, onde se reúnem famílias, jovens e crianças, são afastados os bandidos e as drogas. O Prefeito tem as suas limitações, mas, dentro dessas limitações, ele atuou – e está atuando, inclusive – fortemente na segurança preventiva, na iluminação. Só vim aqui lhe ajudar, porque acho que o senhor esqueceu. Obrigada.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Agradeço à Ver.<sup>a</sup> Mônica, que é sempre atenta. Mas a Ver.<sup>a</sup> Mônica, que muito enfaticamente cobrava do Governador Tarso, agora não tem cobrado com o mesmo tom do Governador Sartori o maior caos que o nosso Estado passa na segurança pública. Aliás, Porto Alegre toda está com quatro viaturas, aviso os colegas! Mas a Vereadora de boa vontade veio me lembrar da iluminação dos parques. É uma ação importante e meritória, só que menos de 0,2% dos roubos na Cidade se deram nos parques e nas praças. Porto Alegre tem, mais ou menos, 40 carros roubados por dia e cem pessoas assaltadas, e o Prefeito reitera que não faz nada. Nesse projeto, o colega Sgarbossa, mais uma vez, lavou as mãos. É uma pena.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLL nº 381/13, com Veto Total.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores que nos acompanham, quero dizer ao Ver. Alberto Kopittke que, quando o Prefeito se manifestou, inclusive na sua campanha de reeleição, ele não falou que a responsabilidade da violência era do Estado do Rio Grande do Sul. A responsabilidade pela segurança pública, constitucionalmente, sabemos que é do Estado do Rio Grande do Sul. Agora, o trabalho no combate à violência na nossa cidade de Porto Alegre, sabemos o que estamos fazendo. Temos mais de 45 mil crianças e adolescentes sendo atendidas no turno inverso escolar. Se isso não é combater a violência, sinceramente, eu não sei o que é. Se tu trabalhares essa criança no turno integral, é uma forma efetiva de combate à violência às crianças e adolescentes, à violência doméstica, a tantas violências que temos na nossa sociedade.

A Ver.<sup>a</sup> Mônica lembrou do trabalho nos parques, que hoje podemos caminhar na madrugada, por exemplo, Ver. Reginaldo Pujol. Só quero lembrar que não foram apenas os parques que foram iluminados; são mais de 130 praças nas comunidades que também tiveram a mesma intervenção do Governo, antes de chegar nos parques maiores da Cidade. Todo trabalho, Ver. Cassio, que V. Exa. fez na Secretaria de Obras e Viação, de iluminação pública na cidade de Porto Alegre, antes mesmo dos parques, agora, com o Secretário Mauro Zacher, isso é intervenção de segurança, que o Município de Porto Alegre tem que fazer. Foram tantas e tantas ações, e mais todo o trabalho da Guarda Municipal nos parques, nas praças, Ver. Reginaldo Pujol. Não adianta vir aqui dizer que o nosso Governo, que o Prefeito Fortunati não atua na área de segurança, que está despreocupado com isso, Ver. Maroni. Onde ele deve intervir ele intervém, e muito bem, com todo o trabalho do seu secretariado. Nós todos votarmos esse projeto de lei, a favor, porque que entendemos ser importante, mas temos as justificativas legais desse veto, e temos de respeitá-las. Eu quando fui secretário municipal, o Ver. Nereu, quando foi Secretário Municipal da Segurança, e agora o Freitas, como Secretário da Segurança todos fizemos um trabalho no sentido de ter o nome do guarda municipal identificado. Agora, se ele vai ser colado, se vai ser bordado, como vai ser, não interessa; o importante é que o nosso guarda municipal esteja identificado. E o Governo tem feito esse trabalho,

---

---

Ver. Paulo Brum. Está aqui o Castilhos que é nosso guarda municipal cedido do Governo para a Câmara, está ali ele, eu até brinquei com ele. Aliás, posso fazer a ele uma homenagem, porque se hoje a Guarda Municipal tem uma sede e tem uma academia para que os guardas municipais possam se exercitar, é devido ao Castilhos, que praticamente fez a reforma da sede sozinho. Fica a homenagem um pouco tardia, Castilhos, mas mais do que justa e merecida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 381/13, com Veto Total.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Ver. Mauro Pinheiro, eu vim fazer dois debates aqui com relação ao projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa que foi aprovado por esta Câmara. Primeiro, o debate sobre essa concepção permanente do Governo Fortunati, Ver. Marcelo Sgarbossa, de vetar todos os projetos que nascem de autoria da Câmara Municipal com o mesmo argumento, de que seria intromissão do Legislativo no Executivo. Isso tem sido o argumento histórico diante da própria morosidade ou falta de política, ou má gestão do Governo Fortunati com relação às áreas e aos projetos. Nós, por exemplo, fizemos um projeto, e está aqui o Rafael, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, junto com o IAB e com o Movimento de Luta pela Moradia, com várias associações de moradores, determinando 14 Áreas Especiais de Interesse Social na cidade de Porto Alegre – projeto que deveria ter sido feito pelo Prefeito Fortunati e que não foi. O argumento do veto, Ver. Kevin Krieger, foi exatamente o mesmo argumento que se usa agora para vetar o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, um projeto coetâneo com a necessidade de garantia de transparência, de garantia de direitos para os guardas municipais, e, por outro lado, o Governo não faz. Então, essa política corriqueira e permanente de o Governo vetar projetos de nossa Cidade... Vetaram, eu me lembro muito bem, a questão da informação dos restaurantes dizerem se tinha ou não glúten nos alimentos, vetaram projetos das mais variadas autorias da Câmara de Vereadores, justamente com o mesmo argumento. Mas eu não poderia deixar de discutir a situação grave que passa hoje o Estado do Rio Grande do Sul, diante do bloqueio, por um lado, do parcelamento dos salários, a verdadeira chantagem que o Governo Sartori está fazendo, massacrando o funcionalismo

---

---

público, porque ele tinha a opção, Ver. Prof. Alex, de aumentar o uso dos depósitos judiciais como forma de garantir o pagamento devido ao conjunto do funcionalismo público estadual e não o fez, para tentar aprovar, na Assembleia Legislativa, um projeto que aumenta impostos para toda a população com o aumento do ICMS. Então, uma política irresponsável, de massacre do funcionalismo público para fazer chantagem com o povo, querendo apoio para um projeto de aumento de tributos que tramita na Assembleia Legislativa. Isso é muito grave. Eu ouvi muito bem o debate entre o Ver. Alberto Kopittke e a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal com relação à segurança pública, porque os brigadianos, a polícia civil, os professores, o funcionalismo foi duramente atacado por essa política chantagista do Governo Sartori.

Por outro lado, é inadmissível que o Governo Federal bloqueie os recursos do Estado do Rio Grande do Sul. Se, por um lado, o Governo Sartori faz chantagem e parcela e massacra o funcionalismo público, por outro, o Governo Dilma faz isso também com o nosso Estado ao reter e bloquear os recursos e ao cobrar uma dívida que já foi paga. Essa dívida foi contratada lá na ditadura militar, foram aceitas cláusulas draconianas, com juros flutuantes, durante os governos Britto e Fernando Henrique Cardoso, que vêm sendo pagos, sem questionamento, pelos governadores ao longo dos anos. Segundo o Tribunal de Contas do Estado, a dívida já foi paga em maio deste ano. Mas, segundo o Governo Federal, nós ainda devemos R\$ 55 bilhões. Isso é inadmissível! Uma dívida que começou com R\$ 9 bilhões, sempre foi paga e está em R\$ 55 bilhões? Estão fazendo agiotagem. E fazendo agiotagem às custas do povo gaúcho.

Eu não poderia me furtar a dizer que é um absurdo que o Governo Sartori aceite esse bloqueio, chantageie os trabalhadores, e que, por outro lado... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Obrigada, Presidente Mauro. Só para dizer que é inaceitável que o Governo Federal bloqueie as contas do Rio Grande do Sul diante de uma dívida que já foi paga. A União não pode funcionar como um agiota contra os interesses do povo gaúcho diante de uma crise de tal gravidade por que passam os servidores públicos estaduais neste momento e, sobretudo, o Estado do Rio Grande do Sul.

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 381/13, com Veto Total.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, seria desnecessário repetir aqui aquilo que todo o Rio Grande sabe, mas precisamos registrar, Ver. João Bosco, porque tem muita gente que se faz de vesgo para mamar deitado, tem muita gente que esquece o que prometeu. Prometeram o alinhamento das estrelas para resolver o problema do financiamento. O Governador Tarso Genro disse, antes da eleição, que o Estado ficaria ingovernável e, pior, disse que não se candidataria se não resolvessem o problema da dívida! Não cumpriu e, além de não cumprir, abusou da paciência dos gaúchos. Quebrou o Estado, prometeu aumentou e deu aumento. Eu vim a esta tribuna com chapéu na mão; eu fiz o gesto, acenei com o chapéu dos outros – lembro que fiz isso. E é o que o Tarso fez: aceno com o chapéu dos outros. Não cumpriu, entregou o Governo, foi para o Rio de Janeiro, que é um direito que ele tem, ele pode ir para aonde quiser, está tirando longas férias no Rio de Janeiro. Parece que o pessoal não o quis no Partido lá. Ele queria se enfileirar no pessoal do Rio de Janeiro, mas eles não o quiseram, e ele fica dando palpite sobre o Governo do Sartori.

Vereadora Fernanda, eu ouvi bem o seu pronunciamento. Criticam um lado, mas tem um outro – é verdade. O Governador está fazendo, em Brasília, aquilo que os outros governadores deveriam ter feito, algo que o Tarso não teve coragem de fazer: entrar na Justiça contra essa dívida impagável! O Governador, o nosso Governador Sartori, está em Brasília falando com os Ministros do Supremo. Está dando as razões dessa dívida, dessa chantagem – a Ver.<sup>a</sup> Fernanda disse muito bem. O Governo Federal não esperou dia 10, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, fez ontem outra intervenção aqui no Rio Grande do Sul. Claro que a pedido do PT, a mando do PT e pelo PT. Fazem isso para que os rio-grandenses fiquem assustados, mas o Governador e o povo rio-grandense não se assustam não. Podem mentir que colocaram bomba nos viadutos. Isso nós já conhecemos, são sempre os mesmos, são as mesmas pessoas. Eu já não sei se são as esposas de militares que estão na frente dos quartéis. Eu acho que não, aqui no CAERGS, no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, não eram esposas de ninguém, e a maioria não era funcionário do Centro Administrativo. É um direito fazer isso; agora, não é direito de ninguém vir aqui atacar a segurança pública. Vou dar um exemplo: o

---

---

Comandante da Brigada era o Subcomandante do Tarso, o Chefe de Polícia era o Chefe de Polícia do Governo Tarso. Eu não sei o que mudou, certamente não é só a falta de pagamento de salários que o Governo Federal está executando, não está ameaçando, não está só fazendo chantagem; está executando o Governo do Rio Grande do Sul, está tirando da população do Rio Grande do Sul o direito aos remédios, o direito aos hospitais, o direito à segurança pública inclusive. É assim que o PT quer ver os seus adversários políticos, não sabe ainda o que é perder a eleição, querem continuar fazendo terrorismo. Aliás, fazer terrorismo é uma prática antiga dos que estão mandando agora – assaltar banco, fazer terrorismo e até ir para cadeia; a maioria está na cadeia, a maioria fez terrorismo, a maioria assaltou bancos; agora deram o dinheiro dos bancos e tomaram da Petrobras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLL n<sup>o</sup> 381/13, com Veto Total, por cedência de tempo deste Vereador.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras; e os guardas? Por que, Ver. Cecchim – e o senhor não falou nada sobre isso –, não podemos aprovar para que os guardas usem a identificação tal qual utilizam os agentes de segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul? Os quais, neste momento, estão em greve, estão nos quartéis e de lá não saem, mesmo tendo a sua identificação, porque o Governo Sartori não tem a capacidade de administrar o Estado do Rio Grande do Sul. O Ver. Cecchim perdeu duas grandes oportunidades de falar aqui, nesta tribuna: a primeira sobre o projeto que está em discussão; e a segunda de vir aqui para pedir desculpas ao funcionalismo público do Estado do Rio Grande do Sul por estarem tendo esse tratamento, que é do seu Governador, o gringo Sartori, porque os conselhos de sua mãe, como não entende de governar o Estado, não atingem para dizer que tem que fazer projeto de governabilidade. E aí, Cecchim, você tinha que ter dignidade de vir a esta tribuna e dizer que quem fez o projeto, quem assinou o projeto, permitindo que os repasses dos recursos pudessem ser bloqueados, é um cara que hoje é fantasma, que sumiu do Estado do Rio Grande do Sul, que raspou o cofre do Rio Grande do Sul, que vendeu o patrimônio do Rio Grande do Sul para um conjunto de empresas e que hoje

---

pág. 16



---

presta assessoria para essas empresas, que se chama “Antônio Britto”! E vejam só vocês, foi ele que assinou esse contrato com o Governo Federal, quando, na época, o Presidente era o Fernando Henrique Cardoso. E vocês sabem quem era o Líder do Governo na Assembleia Legislativa, na época, em 1994? Um Deputado, que, depois, foi Prefeito de Caxias, que foi eleito Governador do Rio Grande do Sul por uma postura de ódio desenvolvida pelo Ver. Cecchim e outros, que disseram: “Vamos votar contra o Tarso, porque vamos botar o Sartori”. O Sartori era o Líder do Governo Britto quando os dois assinaram o acordo que hoje permite bloquear as contas do Estado do Rio Grande do Sul!

Meu querido Cecchim, lá da Serra, o senhor tem que vir aqui com dignidade política e não fazer esse seu discurso raivoso, falso, mentiroso, desqualificado, como você costuma fazer aqui, nesta tribuna. Vamos fazer a discussão como ela precisa ser feita. Se vocês não têm condições de governar o Estado do Rio Grande do Sul, digam: “Nós não temos condições”. Estão há nove meses governando o Rio Grande do Sul, e mesmo os brigadianos ou toda a equipe de segurança podendo usar a identificação, que é fruto desse projeto da Guarda Municipal, não saem dos quartéis. Por quê? Porque o Governo do Estado, sorrateiramente, incompetentemente e desqualificadamente não faz a gestão do Estado do Rio Grande do Sul. Ou não sabia que o Estado do Rio Grande do Sul está há 40 anos com essas dificuldades estruturais? Eu mostrei aqui os gráficos ontem: 40% da dívida do Rio Grande do Sul foram contraídas nos governos do PMDB; 55% da dívida, durante a ditadura militar, Ver. João Carlos Nedel, aquela que o senhor protegeu, naquele período; 7% nos governos do PT. Vamos fazer um debate aqui, e faço em qualquer momento, mas com qualidade, apresentando números, apresentando a história. Saiu na capa do jornal Zero Hora em 1994 – o jornal Zero Hora tem que reproduzir aquela capa novamente, quando botou o Britto e o Sartori dizendo: “Está resolvido o contrato da dívida do Rio grande do Sul...” (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Tem que reproduzir aquela capa, quando os dois assinaram este contrato que agora está bloqueando as contas do Rio grande do Sul, por incompetência. Incompetência essa que mantém toda a estrutura de segurança dentro dos quartéis, e que nesses dias... Ver. Cecchim, o senhor não vem aqui dizer que já foram assaltados 267 bancos nesses dias; nem a Ver.<sup>a</sup> Mônica veio aqui mais falar da segurança. A Ver.<sup>a</sup> Mônica era freguesa de falar do Governo

---

pág. 17

---

Tarso, agora parece que está uma maravilha, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Venha aqui discutir a segurança do seu Governo – do seu e do Ver. Cecchim –, que está roubando do funcionalismo público do Estado do Rio Grande do Sul, que é um direito sagrado, pela Constituição, que se chama salário. Portanto, vamos votar e derrubar o veto, para que os guardas possam usar a identificação. Grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Idenir Cecchim:** Sr. Presidente, como o Ver. Comassetto falou em dignidade e em pedir desculpa, eu quero dizer que, se precisasse pedir desculpa por falta de habilidade, eu pediria, mas só que antes ele deveria pedir desculpa pelo PT ter roubado a Petrobras, estar roubando o Brasil. Esta é a tática do Ver. Comassetto: ladrões pedindo para outras pessoas honestas se desculparem.

**O Sr. Engº Comassetto:** Sr. Presidente, eu sou de um partido de que tenho orgulho. Eu não defendo corrupto, nem aqui, nem os do PMDB que o Ver. Cecchim defende. Agora, o que está sendo cometido no Rio Grande do Sul é um crime contra a sociedade, o qual o Ver. Cecchim defende. Esse é o debate. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal o PLL nº 381/13, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Rejeitado o Projeto por 7 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**. Mantido o Veto Total.

Em discussão o PLL nº 151/14, com Veto Parcial. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 151/14, com Veto Total Parcial.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, eu queria, antes de começar a defender o projeto, mais uma vez registrar a nossa estima e desejar melhoras para o nosso Ver. Professor Garcia. Todos nós estamos torcendo pela sua rápida recuperação.

Faço este registro porque estamos tratando de um veto a um projeto de autoria do Ver. Professor Garcia, diga-se de passagem, um excelente projeto, que garantiu que os estabelecimentos privados e os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre tivessem como garantia o resguardo ao direito da utilização do nome social

---

constante na carteira de nome social para travestis e transexuais no Município de Porto Alegre.

Este projeto de lei foi um grande avanço, Ver. Alberto Kopittke, da Câmara de Vereadores. Eu me lembro que eu tinha feito um projeto nesse mesmo sentido e já havia o projeto do Ver. Professor Garcia tramitando, motivo pelo qual ficamos muito felizes. E muito mais ainda quando esta Câmara aprovou o projeto, no sentido de garantir que o Município de Porto Alegre tenha políticas de combate ao preconceito e à intolerância dentro das instituições da administração pública direta e indireta e também da rede privada. Nós temos o art. 150 da Lei Orgânica, que infelizmente não é fiscalizado pela SMIC. Nós temos vários casos de violência homofóbica, de violência machista em estabelecimentos do Município de Porto Alegre que sequer foram advertidos, muito embora a Lei Orgânica fale até em cassação de alvará no caso de homofobia dentro desses estabelecimentos. Ao vetar este projeto, mais uma vez o Governo mostra qual é a sua política pública para garantia dos direitos humanos fundamentais da população trans. O que o Governo veta neste projeto é a questão do cadastro nas instituições públicas, construído junto com os movimentos. Eu me lembro que Marcelly Malta, da ONG Igualdade, estava aqui, que a Secretária Glória Crystal, da SALOS, estava aqui, e nós ficamos bastante surpresos com esse veto. Nós estamos, na nossa Comissão de Direitos Humanos, organizando um programa municipal para ser discutido e implementado nas escolas, de combate à discriminação e à intolerância. Amanhã nós temos reunião, novamente, às 9h, para garantir que seja um projeto oriundo da Comissão de Direitos Humanos, mas, sobretudo, uma resposta a um dos países que tem um dos maiores índices de violência homofóbica do mundo: a cada 27 horas um homossexual, transexual ou lésbica é assassinada pela sua orientação sexual. Nós, infelizmente, estamos acompanhando mais um caso grave de transfobia na cidade de Porto Alegre, que ocorreu no domingo, no bairro Cidade Baixa, quando a cantora trans, conhecidíssima, Valéria Houston, foi agredida violentamente, uma agressão transfóbica de alguém que xingava violentamente a sua orientação sexual e ainda a espancou com uma chave de fenda. E isso é inaceitável, porque também é oriundo da ausência de políticas públicas que garantam o combate ao preconceito nas escolas, no local de trabalho, nas instituições públicas, nos órgãos privados, e é por isso que o projeto do Ver. Professor Garcia é muito importante. É muito importante! E o veto do Governo Fortunati é inaceitável, porque vai

---

justamente na contramão do que nós precisamos, que são mais direitos para a população LGBT, uma lei que garanta direitos, uma legislação nacional, pela qual se luta há muitos anos, no sentido do casamento civil igualitário, no reconhecimento de todos os tipos de família, na garantia da penalização dos crimes de homofobia, e também uma legislação municipal que proteja e garanta a inclusão nas escolas, que obrigue todos os estabelecimentos a aceitarem o nome social.

Eu não esqueço, Ver. Prof. Alex, de um caso famoso na cidade de Porto Alegre, de uma trans que, infelizmente, teve que ganhar uma ação na Justiça por homofobia, transfobia, que sofreu num posto de saúde da Capital. Felizmente, ela ganhou na Justiça a reparação à violência que sofreu, mas não tem dinheiro que pague a humilhação, o preconceito e a discriminação a que essa transexual foi submetida quando deste caso aqui no Município. E é por isso que eu defendo a manutenção do projeto, com mais direitos para a população LGBT.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 151/14, com Veto Parcial.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Caros colegas, como membro da Comissão de Direitos Humanos, eu não poderia deixar de vir aqui, até porque este projeto foi aprovado por esta Casa, e tenho certeza que todos os Vereadores, naquele dia, votaram junto com o nosso Professor Garcia, uma figura maravilhosa, ímpar, que tem todo nosso carinho, a quem eu também faço votos que melhore. Que ele receba nossas energias para o seu restabelecimento à nossa Cidade.

O veto, efetivamente é parcial, mas ele é parcial num ponto importante. Parece-nos que a Procuradoria do Município, ou a assessoria do Prefeito está com um olhar demasiadamente formal, esquecendo o que há de substancial nas leis, e, com isso, perdemos a oportunidade de dar um passo além, de seguir num caminho que Porto Alegre sempre teve, qual seja, de uma Cidade marcada pela diversidade. Aqui, nós tivemos o início da Parada Livre, dos maiores movimentos, desde os anos 1980, de luta contra a homofobia, contra a intolerância, e me parece que a nossa Cidade, infelizmente, começa a dar passos atrás, como a gente vê o mundo inteiro fazendo, desde os

---

fundamentalistas islâmicos aos fundamentalistas cristãos, evangélicos, que começam a constranger a liberdade, começam a impedir que a nossa sociedade siga avançando no caminho da liberdade e volte para aqueles passados – já vimos ao longo da história as tragédias que são cometidas tentando limpar a sociedade daquilo tudo que é diferente. É uma pena – não poderia deixar de registrar que naquele dia estávamos aqui com a Secretária Municipal Glória Crystal defendendo esse projeto, e tenho certeza de que ela deve estar muito triste com o fato de o Prefeito ter feito veto sobre o cadastro. Porto Alegre mais uma vez, quando pode dar um passo adiante, retrocede, o que é uma grande pena porque é um projeto do Ver. Garcia, Vereador da base do Governo, o que mostra que o Governo... Bom, isso já ficou claro desde a discussão do Plano Municipal de Educação, quando a base do Governo nesta Casa impediu que se discutissem as questões de preconceito nas escolas. Estamos seguindo o plantio da violência, da intolerância, não nos abrindo para avanços importantes que o Executivo pode nos dar, e aqui não é questão de dinheiro, aqui é questão de opção política. Quando Porto Alegre podia seguir caminhando para frente, dando passos adiante no sentido de afirmar a diversidade, não o faz. Essa é a marca da atual administração do Prefeito Fortunati e do Vice-Prefeito Sebastião Melo, que realmente não fazem questão de dialogar com a diversidade, não fazem nenhum esforço, dão ouvidos para aqueles de vozes mais fundamentalistas que não querem que se debata preconceito, questões raciais, de gênero, de orientação sexual. Mas sempre que alguma voz mais intolerante levanta sua voz, eles escutam. É uma pena, pois seria uma oportunidade de fazermos aqui uma homenagem ao nosso Ver. Professor Garcia, que de uma forma brilhante, nos apresentou esse projeto. Espero que todos possam prestar atenção, já que o Ver. Professor Garcia não pode estar aqui, no que está sendo vetado da proposta dele em respeito a essa iniciativa que ele trouxe, em respeito a todos os ativistas de LGBT da nossa Cidade, na luta pela diversidade em Porto Alegre que perde hoje, mais um ponto, infelizmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 151/14, com Veto Parcial.

---

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, acho que todos nós que estamos na tribuna e também no plenário, em relação a este projeto, lembrando aqui o nosso olhar e o nosso sentimento no sentido a recuperação do nosso colega, Ver. Professor Garcia, que faz falta nesta Casa. O Ver. Professor Garcia é um homem comprometido com, como diz Fernando Pessoa, as eternas novidades do mundo – que aliás não são novidades – porque o mundo é diverso, as pessoas são diversas, e as diversidades são as maiores riquezas que o mundo pode ter. Enfim, esse projeto do Ver. Professor Garcia assegura aos travestis e aos transexuais, ao serem atendidos em estabelecimentos privados, em órgãos da Administração Direta e em entidades da Administração Indireta do Município de Porto Alegre, o direito à utilização de seu nome social. Isso parte de discussão de uma nova sociedade que nós queremos que respeite a todos os seres humanos. Aliás, nós estamos vivendo um momento no mundo de muito desrespeito, de muito ódio. Eu não quero que se repita aqui, mas parece que está se repetindo a discussão que nós fizemos no Plano Municipal de Educação, que foi um atraso sob o ponto de vista do respeito às diversidades; que foi um atraso sob o ponto de vista de que nós possamos ter essas discussões sobre a diversidade de gênero, de orientação sexual, de raça e de etnia, desde a entrada na educação das nossas crianças, para que nós possamos formar novos homens, novas mulheres, novas sociedades, dentro das suas diversidades. Então, gostaria de dizer, inclusive, que além do respeito às diversidades, eu não quero repetir, acabei de falar do Plano Municipal de Educação tem, direito humano. O Prefeito veta o § 2º, que se relaciona às entidades de Administração Pública, Direta ou Indireta, não em relação às entidades privadas, como se fosse um vício de origem; politicamente, sob o ponto de vista de gestão do Município, como se os Vereadores não tivessem direito de apresentar projetos; aliás, esse projeto foi aprovado nesta Casa. Este veto tira também desta Casa ter a receptividade face às demandas que vêm à Câmara Municipal e face também à compreensão, no caso desse projeto, da maioria dos Vereadores desta Casa. Para mim, isso não é argumento; nós não nos limitamos apenas a dar nome de ruas, nós não nos limitamos apenas a projetos que, em não sendo de atribuição do Executivo, nós façamos e, muitas vezes, vão ser vetados. Nós vamos adiante.

Nesse fim de semana, inclusive, nós tivemos...Isso é intolerância. É intolerância e numa sociedade como a sociedade brasileira que se posta no mundo como uma sociedade,

---

---

uma Nação que tem uma enorme diversidade humana, cultural, que, aliás, é a nossa maior riqueza – é intolerância. Anteontem, por exemplo, a transexual, a Valéria Houston, conhecida, foi agredida. Conhecida, respeitada pelas pessoas que frequentam o bairro Cidade Baixa, que tem uma visão de uma sociedade libertária, foi agredida na Cidade Baixa no domingo à tarde, vítima de agressões homofóbicas. Diziam a ela que ela tinha que morrer, que não podia ser do jeito que é. Nós temos que avançar mais! Nem na minha época eu vi tanta intolerância como agora, e eu estou aqui no alto dos meus 73 anos. Nunca vi tanta intolerância. E quero dizer que fui Diretora do Grupo Hospitalar Conceição, e uma transexual, que chegou traumatizada por um acidente, queria o uso do seu nome social e foi para a ala feminina do Grupo Hospitalar Conceição; como superintendente, eu autorizei, porque ela é aquilo que ela é. Ela é aquilo que ela é e nem ela e nem a sociedade devem se envergonhar.

Então, acho que esse Veto Parcial tem que ser derrubado, porque esta Casa votou esse projeto. E nós estamos contribuindo com uma sociedade, que nem é tolerância que nós temos que falar; é garantia de direitos humanos e garantia das diversidades, porque tolerar é aquilo que se tolera, o que não pode. Eu não gosto dessa palavra. Eu acho que nós temos que garantir que cada um seja o que é e seja respeitado como tal.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 151/14, com Veto Parcial.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Eu acho que foi uma conquista muito importante e bonita. Por mais que nós já tenhamos avanços na legislação federal, estamos muito longe de superar o preconceito com quem é diferente, com a manifestação sexual diferenciada daquilo que é considerado normalidade. A nossa Câmara votou a necessidade e o direito daqueles que querem expressar o nome social diferente do seu de o fazerem e assim serem identificados.

Eu quero falar um pouco mais especificamente sobre o veto, sobre o cadastro. Eu entendo que nós – e também o Governo, talvez – podemos entender como uma

---

burocratização, como um cadastro desnecessário, mas me parece que, sem números, sem dados, sem rostos, sem uma condição de entender o tamanho do público, qual a especificidade, quais as suas necessidades, é muito difícil fazer política pública voltada à população LGBT, enfim, todas essas minorias que, infelizmente, hoje, ainda são fruto da cultura normalizadora, preconceituosa, sendo vítimas de violência, e não apenas a violência simbólica, não apenas o assédio, não apenas a violência na forma de palavras, mas a violência física, a violência que mata, que mutila, que impede o acesso aos espaços públicos e às políticas públicas.

Nós todos não desconhecemos como é difícil um professor transexual ser respeitado, e não pelos alunos, mas pela direção da escola, que não sabe como lidar; pelos colegas professores, que não têm capacitação e têm uma carga cultural de preconceito que os impede de trabalhar a lógica não da naturalização, mas das relações fraternas, respeitadas e livres entre os seres humanos, e da construção dessas relações na formação dos sujeitos, homens e mulheres. Portanto, o reconhecimento, o uso do nome social é para transformar esse direito em direito proclamado, um direito exercido, respeitado pelas instituições. O cadastro é um trabalho, sim, não é a mudança natural. As mudanças não ocorrem de forma espontânea, natural, sequencial. Mudanças culturais são resultados de intencionalidade, de tomada de posição política, de nitidez na política pública. É assim que se produz mudança e não se escondendo, dissimulando, fazendo de conta, dando um jeito para que não se tenha conflito. Muitas vezes, é necessário conflito, especialmente aquele que desacomoda o senso comum, o preconceito. A proclamação do nome social, a presença de cadastro lá no posto de saúde, na escola, em todos os órgãos que atendem à população, gera política pública, gera reflexão, mudança de atitude, mudança de forma de construir a política pública. Tudo são políticas de mudança de gestão que induzirão à mudança. Fora disso, nós continuaremos fazendo de conta que não existe, continuaremos tratando a sociedade como todos iguais, dentro de uma normalidade suposta, e quem estiver fora dela será marginalizado, será criminalizado e teremos espaço para a violência, para o assédio, para o *bullying* e para a exclusão.

Somos contra o veto. Que a política pública libertária e igualitária se realize na cidade de Porto Alegre!

(Não revisado pela oradora.)



---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 151/14, com Veto Parcial.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este Veto Parcial ao projeto de lei do nosso querido amigo Ver. Professor Garcia, nós vamos ter que dar uma avaliada nele de uma forma mais aprofundada, porque me parece, Ver. Paulinho, que este veto descaracteriza o projeto. Nós já estamos fazendo a discussão e não temos como interromper, mas acho que, às vezes, alguns vetos não passam pelo devido crivo no sentido de ver a repercussão que eles realmente têm. Eu não vou dizer que sou contrário ao veto, mas quero dizer que talvez nós tenhamos que fazer uma reflexão, e isso nos gera um problema, porque o veto tranca a pauta. Agora, efetivamente, ele descaracteriza o projeto no momento em que ele permite, no art. 1º, que se use o nome social e, no art. 2º, em que diz que ele tem que constar como dado no cadastro, ele está sendo vetado. Como é que se vai identificar a pessoa, se a pessoa não vai estar cadastrada com o nome social? Como é que se vai saber qual é o nome social sem estar isso identificado no cadastro?

Então, nós precisamos de uma reflexão sob todos os aspectos: pela discussão que se fez nesta Casa, pela aprovação desse projeto pela maioria absoluta e, também, em respeito ao Professor Garcia, que não pode estar aqui defendendo o belo projeto que ele aprovou aqui por unanimidade. Então, o nosso Líder está trabalhando na perspectiva de poder conversar com o Governo, eu não sei, Ver. Paulo Brum, se tem mais pessoas inscritas que pudessem... O Ver. Casartelli vai ainda tratar...

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu entendi, Vereador, que a eliminação deste cadastro é justamente para preservar os interessados, isso é o que eu estou entendendo, é o meu ponto de vista. O veto quer, justamente, preservar a identidade das pessoas, senão poderia ser feito mau uso desse cadastro.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Talvez a intenção de quem sugeriu o veto tenha sido essa, mas a grande verdade é que descaracteriza o projeto, Ver. Nedel, porque a pessoa vai lá num órgão público, e o tratamento que ela vai receber é o tratamento que está no

---

cadastro. Ela vai ser tratada, no dia do atendimento, pelo nome que está no cadastro. Então, descaracteriza o intuito do projeto, que é a pessoa poder fazer a opção pelo seu nome social, que é o que nós aprovamos nesta Casa. Então, eu não vou ainda encaminhar a posição, mas acho que temos uma grande reflexão a fazer. O Líder do Governo está tomando as providências para que a gente possa, o mais rapidamente, ter uma reavaliação no encaminhamento do veto, da forma que ele veio. Eu acredito, Ver. Nedel, que o senhor achou a alternativa de quem fez a avaliação, achando que isso ia preservar, mas, olhando a fundo, não; vai descaracterizar o projeto. E mais uma vez: até, pelo fato de o Ver. Garcia não estar aqui, acho que nós não deveríamos aceitar o veto sem uma análise mais profunda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

**A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony):** O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para discutir o PLL nº 151/14, com Veto Parcial.

**O SR. CARLOS CASARTELLI:** Sra. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, nós analisamos o motivo do veto deste projeto, que foi aprovado por unanimidade nesta Câmara de Vereadores. Nós tivemos um Veto Parcial. Até, respondendo ao colega Nedel, na verdade, quando um travesti ou transexual coloca a sua carteira social para ser identificada pelo nome social, é sinal de que ela não está preocupada em esconder a sua identidade da carteira social. Agora, o que é impossível é aprovar o art. 1º e vetar o art. 2º, porque, por exemplo, se for na área médica, o médico ou médica, se não tiver no cadastro o nome social, como vai saber que a pessoa que está lá fora tem um nome social e que prefere ser chamado por ele? Então, acredito que o veto, na verdade, não foi bem pensado; embora haja fundamento jurídico, na prática ele inviabiliza o projeto na sua integralidade, porque sequer dá para dizer que esse projeto crie despesa para o Governo. Porque, se o nome social for em uma caderneta, ou em um documento escrito à mão, basta que se coloque à mão o nome social pelo qual essa pessoa prefere ser chamada. E, se for em um cadastro digital, através de um sistema, ora, a Procempa tem condições de modificar qualquer sistema para fazer apenas o acréscimo de um item que é o nome

---

social. Então, eu não acredito que, de fato, isso gere despesa para o Estado, para a Prefeitura de Porto Alegre. Acredito que não há condições de se votar, eu sei que se não votarmos este projeto, nós acabaremos por trancar a Pauta, mas eu quero dizer que nós estamos tentando entrar em contato com o Prefeito ou com o Vice-Prefeito de Porto Alegre para discutir o veto. De qualquer maneira, acredito que não podemos votar esse projeto sem avaliá-lo melhor, mesmo que isso venha a trancar a Pauta da votação dos demais projetos na data de hoje. Agora, aprovar o projeto, como foi aprovado, e vetar o art. 2º é tornar esse projeto de lei completamente inútil. Então, não temos aqui o Ver. Professor Garcia para defender o seu projeto, mas todos nós o aprovamos por unanimidade, e a justificativa do Governo, embora possa ter mérito, na prática não traz gastos para o Governo, não interfere na vida das pessoas, quem entrega a sua carteira social para ser identificado quer ser chamado pelo nome social e aceita a exposição, ou seja, não está se escondendo, senão não utilizaria o nome social. No momento em que se decide fazer a carteira com o nome social, que já é uma lei estadual e que já funciona assim... Até quero dizer que os cadastros da Secretaria Municipal da Saúde já têm esse campo. No campo da Secretaria da Saúde já vem o nome da identidade da pessoa e o nome da carteira social daquelas pessoas que não fizeram a troca definitiva do seu nome. Então, eu entendo que nós não temos condições de fazer a votação desse veto, neste momento, sem ter uma fala novamente com o Governo, com a Prefeitura, com o Executivo para decidir por melhores condições o que nós temos nesse momento. Então, era só o que eu queria colocar, ou se consegue um adiamento temporário até o diálogo com a Prefeitura, com o Executivo, ou acho que nós temos que realmente – vou propor aqui de forma clara – retirar o quórum e não votar o projeto. Seria adiada, de fato, a discussão do projeto. Se nós adiarmos a discussão, vai trancar a pauta. Então, nós temos que decidir se nós continuamos com a votação, ou se nós trancamos a Pauta. Ou, talvez, seja possível, Sr. Presidente, fazermos um intervalo de 10 minutos para que possamos decidir.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 151/14, com Veto Parcial.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, eu me atrevo aqui a falar em nome do Professor Garcia, que está se recuperando e não pode estar aqui. Mas também seguindo os discursos que ouvi aqui, desta tribuna, tanto da oposição, quanto da situação, eu acho que esse projeto não é de situação ou de oposição, de se votar a favor ou contrário ao Governo, a favor ou contrário à oposição. Trata-se de um projeto que foi feito com as melhores intenções. Como disse o Ver. Cassio, esse projeto precisava ter sido mais analisado, eu acredito que não foi. A assessoria do Prefeito e do Vice-Prefeito não esclareceu o que estava no projeto. Acho que, se nós mantivermos o veto, ficamos sem remédio. Se nós mantivermos o veto, nós vamos acabar com o projeto. Agora, se não tiver outra maneira e nós derrubarmos o veto, haverá remédio para acertamos alguma coisa. Então, eu vou neste caminho: havendo a votação, Líder do Governo, eu votarei pela derrubada do veto, até porque tenho certeza que, naquele segundo artigo, quem deseja ter o nome social não tem vergonha de registrar o nome social, ao contrário, quer que esteja registrado.

**O Sr. Carlos Casartelli:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Utilizando aqui a sua fala, eu sugiro, então, que se encaminhe pela derrubada do veto.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Pela derrubada do veto e, se precisar corrigir alguma coisa, que se faça, mesmo o Executivo, ou algum outro Vereador, que corrija, se tiver alguma distorção insanável. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Em votação nominal o PLL nº 151/14, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Projeto por 23 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Em discussão o PLE nº 007/15, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o projeto por 24 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial.

**O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 012/14. Após retornaremos à ordem normal.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Vereador-Presidente, tendo em vista o Requerimento, eu quero declarar que o nosso projeto, o PLCL nº 020, é de 2011, já teve várias vezes articulado para ser votado. Nós fizemos um grande acordo, há 15 dias, para que ele fosse votado hoje, em primeiro lugar. Sobreveio a votação de quatro vetos, então, Sr. Presidente, não é...

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Vereador, vocês podem encaminhar. Na verdade, o Vereador tem esse poder...

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Eu só estou esclarecendo a V. Exa. as razões pelas quais eu, pessoalmente, como autor do projeto, vou pugnar para que ele seja votado hoje e agora.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Ver. Marcelo, o Regimento permite que a gente faça os pedidos de alterações da ordem da priorização de votação dos projetos, mas nós temos reuniões de Líderes todas as quintas-feiras. O senhor é Líder do PT, esteve na última reunião de Líderes, na qual ficou combinado, entre todos os Líderes, que o projeto de autoria do Ver. Reginaldo Pujol seria o primeiro de hoje. Ele só não foi o primeiro porque entraram os vetos. Então, eu queria lhe pedir uma reflexão, no sentido de que, se nós combinamos essa ordem entre os Líderes... e todo mundo pactuou... É regimental o que o senhor está fazendo, mas eu queria pedir a sua sensibilidade para que nós pudéssemos respeitar o que foi encaminhado na reunião de Líderes, sob pena de nós combinarmos algumas coisas nas reuniões de Líderes e depois aqui não encaminharmos da mesma forma. Então, eu queria pedir a sua sensibilidade para que nós pudéssemos...

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Eu gostaria de pedir a sua sensibilidade nesse sentido, o senhor é um Vereador de primeiro mandato, como eu, está acostumado com o rito da Casa. Como disse anteriormente, é regimental o seu pedido, mas o Ver. Reginaldo Pujol, no microfone de apartes, logo que o senhor se manifestou, também disse que este projeto é um projeto que está tramitando desde 2011, mas que foi pactuado. Nós temos algumas combinações, e eu mesmo tive um projeto de lei combinado para ser votado na segunda-feira. E isso foi respeitado. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda também teve, outro dia, uma moção combinada para ser votada. Então as pessoas vêm aqui, fica combinado, nós pactuamos, acho que tudo está dentro do Regimento, mas algumas coisas nós precisamos tentar respeitar, como o rito das combinações, sob pena de ficarmos no plenário, de certa forma, atravancando aquilo que foi devidamente combinado, sem a discussão do mérito. A discussão do mérito nós faremos imediatamente ao entrarmos na discussão do projeto. Então, eu, mais uma vez, peço sua sensibilidade, mas não havendo, eu vou encaminhar contrário ao seu requerimento, para que a gente possa manter aquilo, Ver. Kevin Krieger, que a gente tem combinado nas reuniões de Líderes. Nós temos 14 bancadas nesta Casa que se reúnem, todas as quintas-feiras, estabelecem e fazem alguns acordos, e esses Líderes representam as suas bancadas.

(Aparte antirregimental do Ver. Kevin Krieger.)

(Manifestação das galerias.)

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Ver. Kevin Krieger, não posso conceder aparte, porque estamos no período de encaminhamento. Para finalizar, sei que o Ver. Marcelo está refletindo, mas, se por acaso ele não retirar o requerimento, o meu encaminhamento é contrário ao requerimento, pela combinação que temos na reunião de Líderes de toda quinta-feira. E acho que nós precisamos, sim, Ver. Maroni, cada vez mais fortalecer as combinações que fazemos politicamente na reunião de Líderes, que sucede à reunião de Mesa. A reunião de Mesa faz a discussão das questões administrativas da Casa, e a

---

---

reunião de Liderança, Ver.<sup>a</sup> Séfora, faz as combinações políticas que deverão ser encaminhadas neste plenário. Perfeitamente regimental o Requerimento do Ver. Marcelo, inclusive no seu mérito, mas acho que ele veio em momento inadequado. Desde 2011 esse projeto do Ver. Pujol está tramitando, e, logicamente, vamos discutir, no mérito, as suas dificuldades e as suas virtudes, as quais eu, particularmente, acho que são muitas. Muito obrigado. Vou aguardar a manifestação do Ver. Marcelo, mas se ele mantiver o requerimento, encaminho contrariamente à sua aprovação.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Ver. Cassio e demais Vereadores e Vereadoras, estou Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e é bem verdade, na última reunião de Lideranças foi combinado que o projeto do Ver. Reginaldo Pujol seria votado em seguida. Nós aqui temos fatos novos desde então. E o primeiro fato foi que o Governo, sensível, liberou a base para votar. Não consegui conversar com todos, mas consultei a maioria, e quase todos votarão favoráveis ao projeto. Tentei amarrar aqui um compromisso de poucas falas, talvez três. Estamos em duas falas, tive que fazer essa para poder colocar os outros elementos que fazem parte deste meu requerimento. Já temos aqui a fala do Ver. Cassio, eu não vou utilizar os cinco minutos, mas neste momento poderíamos estar indo para a última fala para, logo em seguida, abrir o painel e aprovar o projeto, em respeito às pessoas que vieram.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Veja, Ver. Cassio, não se previa que o projeto do Ver. Pujol teria tantas emendas e tanta complexidade levantada nestas últimas 48 horas, e também não se previa que as pessoas teriam tanto interesse a ponto de vir acompanhar a votação do projeto. Então, são dois fatos novos que não estavam previstos lá na quinta-feira de manhã, e é isso que motiva meu requerimento. Então, quero fazer aqui um acordo, eu mesmo me comprometo a falar três minutos dos meus cinco, e peço aos

---

demais Vereadores, Ver. Maroni e Ver.<sup>a</sup> Lourdes, que são atuantes na causa animal, e que, obviamente, têm a sua legitimidade para falar do tema, e todos nós, mas que façam falas curtas. É um pedido que faço, e, depois, entramos na análise do projeto do Ver. Pujol. Seria simples, rápido, e teríamos aqui um projeto de extrema importância aprovado. Novamente, em respeito às pessoas que vieram de casa e estão aqui desde às 14h acompanhando e esperando que seja votado hoje. Não é nenhum tensionamento, são somente os fatos novos que se sucederam depois da nossa reunião de Líderes. Foi isso que motivou o nosso requerimento. Então, peço a sensibilidade para conseguirmos mudar a ordem e com o compromisso de que só ocupe a tribuna quem efetivamente quiser falar; quem puder se abster de falar e se sentir contemplado nas outras falas se abstenha, e entraremos, então, na votação do projeto do Ver. Pujol. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Marcelo Sgarbossa mantém o seu requerimento.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, eu quero ser muito rápida também e apenas alertar os Vereadores e Vereadoras que, no tempo que se está discutindo o requerimento, poderia ter sido discutido o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, e até votado, porque é um projeto que encontra ampla maioria no plenário, já está claro que vai ser um projeto aprovado, na minha opinião, projeto meritório, bastante importante para todo Estado.

Concluo também dizendo, sem tensionamentos – eu participo das reuniões de Mesa e Liderança, nós priorizamos, de fato, os projetos que vão ser apreciados durante a semana –, que há dois temas. Primeiro, que o plenário é soberano, e muitas vezes a dinâmica do próprio plenário faz com que a gente, que priorizou um projeto, adie; faz com que a gente, que priorizou um projeto, retire da priorização; e faz com que a gente, vendo que existem movimentos sociais e que estão na Câmara para antecipar um projeto que está lá em 12º lugar, seja votado antes de um projeto polêmico. Então, só para fazer esse registro, e vou votar a favor do requerimento.



(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Eu vou ser muito rápida, Sr. Presidente, em nome do PCdoB, para entrar um pouco na lógica da dinâmica de um Parlamento. Nós estamos assim: eu tenho consciência do projeto do Ver. Pujol, tenho consciência de que é um projeto importante; estou colocando, inclusive, emendas, outras emendas estão sendo colocadas. Então, eu creio que nós podemos votar – estou aqui defendendo – para priorizar a votação do projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, porque a dinâmica de uma Casa Legislativa é essa, enquanto, inclusive, articulamos mais amplamente algumas emendas importantes. O IAB está aqui, está atuando também nesse sentido do projeto do Ver. Pujol. Eu creio que não há demérito nenhum em nós invertermos a ordem, até porque está uma significativa representação de pessoas que atuam nessa área e que estão aqui hoje, muitas vezes, talvez, não possam estar outro dia, porque a vida de todo mundo é trabalho. Eu vejo que a maioria é formada por mulheres; nós, mulheres, ainda temos mais atividades. Então, eu creio que não vai entrar em demérito nenhum, da votação do projeto do Ver. Pujol, e nos permite, inclusive, fazer mais algumas articulações em relação às emendas que estão sendo apostas ao projeto do Ver. Pujol, com certeza, para contribuir, para melhorar, porque todos aqui pensam na cidade de Porto Alegre. Então, esse é o encaminhamento do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, eu achei até que não seria necessário, mas agora vejo que o Ver. Pujol se sente atingido nessa mudança da ordem. E eu quero fazer aqui uma fala muito tranquila e fazer um apelo ao Ver. Pujol e aos Vereadores e Vereadoras.

---

Ver. Sgarbossa, eu tenho a presença aqui, nós temos essa cultura, não é porque estão vocês aqui. Sempre que tem um público específico vinculado ao tema, que está aqui desde o início da tarde... Sempre, Ver. Cassio, não é uma inovação. Nós sempre procuramos, respeitando a cidadania, com a dificuldade que nós temos de fazer Sessão durante o dia, que poderia ser à noite, como é a minha proposta, que nunca avança nesta Casa, nós temos que ter a sensibilidade, enquanto Vereadores, de alterar, de fazer uma alteração na ordem, respeitando a cidadania presente. Então, essa é a primeira questão. Isso não significa fragilizar nem desrespeitar a organização que é feita na Mesa de Liderança. Aqui, o plenário é soberano, sempre tem um ajuste possível.

Mais um segundo argumento, que eu considero relevante, Ver. Pujol: seu projeto não é um projeto – isso é um elogio – simples; é um projeto denso. Nós queremos fazer um debate com muita calma, e é importante que quem está nos ouvindo saiba que altera a altura nesta Cidade. É uma mudança de Plano Diretor, e não é de uma quadra, de duas quadras, é de quilômetros e quilômetros no coração da Cidade, atravessando a Cidade inteira, toda a Perimetral, BRTs. Então, se é uma alteração de Plano Diretor, nós vamos fazer uma discussão tranquila, mas profunda. E, com certeza, levaremos o resto da tarde no projeto que o Ver. Pujol propôs. Nós – falo em nome da oposição, também – gostaríamos de fazer esse apelo para que um tema que tem mais nitidez e é mais circunscrito, podendo ter posição contrária ou favorável, possa ser enfrentado antes, com tranquilidade e com a profundidade necessária. Quanto ao tema que o Ver. Pujol traz, podemos, depois, levar o resto do tempo analisando e trabalhando o projeto.

Então um apelo a todos os Vereadores para que possamos alterar essa ordem, em respeito à cidadania presente aqui, que merece uma priorização nesse sentido; e em respeito à cidadania de Porto Alegre, porque nós queremos e devemos tratar com muita seriedade e com profundidade, também, o tema que vem na sequência, que é a proposta da alteração do Plano Diretor desta Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**.

---

Apregoo as Emenda nº 02 e nº 03, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, ao PLCL nº 020/11.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, ao PLCL nº 020/11.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLCL nº 020/11.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLCL nº 020/11.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, ao PLCL nº 020/11.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria dos Vereadores Sofia Cavedon, Eng<sup>o</sup> Comassetto e Marcelo Sgarbossa, ao PLCL nº 020/11.

Defiro o Requerimento, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 06 e nº 08, ao PLCL nº 020/11.

Em discussão o PLCL nº 020/11. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

**O SR. PROF. ALEX FRAGA:** Boa tarde a todos os presentes, público que nos acompanha pela TVCâmara, Vereadores, Vereadoras; o que nós estamos por votar agora, o projeto do Ver. Reginaldo Pujol, é ruim, é muito ruim, Vereador. O senhor até pode ter alguma boa intenção, embora, no meu ponto de vista de biólogo, pela formação acadêmica que tenho, seu projeto é péssimo. O senhor coloca um projeto em discussão para propor adensamento de algumas áreas da nossa Cidade pensando num futuro metrô, que, porventura, poderá ser instalado em Porto Alegre. Desde que eu sou pequeno, adolescente talvez, eu venho escutando, em campanhas eleitorais, promessas que defendem que o metrô vem, que o metrô vai aparecer e o metrô nunca apareceu. Nunca foi estendida a linha do metrô, outras ramificações não foram produzidas, e o senhor vem a esta Casa propor uma ampliação dos índices de construção para uma proposta de metrô que não vai sair, que não tem previsão e que, talvez, do jeito que andam a atual administração e as administrações que passaram por esta Cidade, não saia do papel. Agora, a questão: nós já temos a qualidade do trânsito e da saúde da população nessas áreas comprometida. No momento em que permitimos, abrimos uma liberação para o aumento das construções por 120 metros nas margens do que será o futuro ou o projeto de futuro metrô para 52 metros de altura, nós teremos um corredor, uma ilha, de grandes edificações. Isso compromete a insolação do local, a circulação de ventos, vai gerar ilhas de calor nesses corredores, tornando a vida na nossa Cidade insuportável.

---

Outra coisa é com relação ao trânsito, que já é caótico na Cidade: se o metrô sair do papel, nós teremos uma alternativa viável para o escoamento do trânsito, mas, se ele não sair do papel – e esta proposta entra em vigor na data da aprovação, de acordo com a sua redação –, nós teremos construções se elevando sem essa alternativa de mobilidade urbana. Então, vai piorar ainda mais o trânsito na nossa Cidade.

Temos aqui também a alteração do Plano Diretor da nossa Cidade em duas áreas importantes. A primeira delas é a Área de Ambiência Cultural da Praça Japão – o índice de aproveitamento atual dessa área, estabelecido no código 2A: normal, 1; máximo, 1,5. Isso corresponde a uma altura de edificações em torno de 9 metros. Como a Área de Ambiência Cultural da Praça Japão está dentro do projeto do Ver. Reginaldo Pujol, a altura, que é de 9 metros, passa a ser 52 metros, o que compromete essa região, altera o Plano Diretor. E isso não é em prol da qualidade de vida da nossa população; isso é em prol do bolso das construtoras, em prol da especulação imobiliária que domina a nossa Cidade e que, pelo visto, domina também esta Casa Legislativa. Portanto, este projeto não pode passar. A segunda área que é modificada no nosso Plano Diretor é Área de Interesse Cultural do IAPI, uma grande área – grande área – que fica próxima à Av. Assis Brasil, justamente na localidade em que o projeto mexe, cujo índice é de 2,5 e vai aumentar para 3 – aí aumenta a altura das construções. É uma irresponsabilidade. Eu peço a todos os Vereadores que fiquem antenados com relação a isso. A cidade que queremos precisa de alterações? Precisa, mas não é desse tipo de alteração que a nossa Cidade necessita. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estamos tratando da iniciativa de alteração do Plano Diretor da nossa Cidade, com o argumento de que as linhas do metrô, os benefícios de infraestrutura de escoamento, em especial, que o metrô pode trazer, deve ser aproveitado para adensamento. Parece que a ideia sozinha, isolada, é uma ideia correta. Nós não devemos estimular adensamento em áreas rarefeitas, em áreas sem infraestrutura, sem posto de saúde, como lamentavelmente,

---

nesta Cidade, tem sido feito em relação aos pouquíssimos projetos “Minha Casa, Minha Vida”, de zero a três salários mínimos, para a população mais carente da cidade de Porto Alegre. População que fica com ônibus a cada uma hora, que fica em ônibus superlotado, que fica à mercê de impossibilidade de chegar aos serviços básicos, inclusive escolas. Portanto, a ideia é correta. Só que ela tem que estar composta num planejamento de cidade e não, num casuísmo, numa linearidade sem considerar o diagnóstico que a Cidade deve ter dos seus problemas, das suas potencialidades.

Nós sabemos, e cansamos de falar nesta Casa, que temos um 4º Distrito, próximos ao Centro, com muitos prédios vazios, com uma potencialidade enorme de adensamento por essas características, e não vimos indução proposta no Plano Diretor, nos instrumentos que o gestor tem. Esta é a primeira questão: não atende uma discussão de Cidade e de prioridades estabelecidas para a Cidade. Todas as previsões do Plano Diretor, seja no Estatuto das Cidades, seja na Constituição Brasileira, seja na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, seja no Plano Diretor, têm que ser objeto de decisão participativa da sociedade de Porto Alegre, porque trata do direito à Cidade, do convívio urbano, do valor da terra, do valor social da terra. Portanto, tem que ser esse tipo de alteração, com essa magnitude resultado disso e não de um casuísmo.

Em segundo lugar, concordando que altura não é problema, altura e densificação onde há infraestrutura, no entanto, ela não poderá ser prescrita da Cidade de forma generalizada, sem considerar o entorno, sem considerar impacto na infraestrutura existente e com as devidas amarras de contrapartidas de forma real. Que o entorno, ambiência do entorno, sejam Áreas de Preservação Cultural, sejam Áreas de Preservação Ambiental, sejam características específicas de bairros. Sabemos que o metrô vai passar no bairro Floresta, no bairro Cristo Redentor, onde há quadras inteiras, espaços inteiros que são de moradias. E o impacto, o conflito urbano, o desrespeito que têm-se produzido pelos empreendimentos que são levantados, desconsiderando absolutamente a vizinhança, é inaceitável, considerando que as pessoas fazem investimento na sua ambiência, no seu espaço, na sua vizinhança, na sua moradia. Portanto, tem que ser uma decisão de bairro, uma construção de espaço que respeite essa ambiência, essa vizinhança. Então, os vários impactos possíveis de uma mudança linear de altura não têm como ser verificados num projeto que o faz numa tacada só. Mudanças de altura têm que responder a um

---

projeto especial, a uma intencionalidade específica, com as devidas mitigações previstas e consideradas.

E aqui faço, em homenagem aos nossos conselheiros do Plano Diretor, ao IAB, um registro, neste final de tempo, sobre a observação aos índices construtivos, que é uma riqueza na mão do gestor, é um bem público. E eu ponderava aqui com o Líder do Governo que o Governo, tendo essa gestão na sua mão, Ver. Alex, tem muito mais condições de indução, de gestão, de exigir contrapartidas. E o índice construtivo que ele virá vender, que passará a ser desejado pelos empreendedores e comprados pelos empreendedores não pode ser num balcão, como está previsto no projeto, tem que ser licitação pública, tem que ser o melhor preço, tem que estar disponível de forma igualitária para todo mundo que se interesse e tem que voltar a beneficiar a população de Porto Alegre e mitigar impactos que eventualmente venham acontecendo. Então, dessa maneira, é prejudicial à cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores, venho novamente a esta tribuna me manifestar favoravelmente a essa iniciativa do Ver. Pujol, pelas razões que já coloquei. Passo a reiterar no sentido do entendimento e da compreensão de que um equipamento como o metrô, e agora inclusive aqui sendo estendido aos BRTs, tem uma capacidade de transportar 40 mil passageiros por sentido/hora. Então, se nós não estruturarmos um adensamento no entorno das linhas dos metrôs e no entorno das linhas BRTs, não justifica o investimento para a Cidade, Ver. Mendes Ribeiro. Então, o que acontece? Esse tipo de transporte imanta, ao contrário do que está sendo dito aqui. É importante que se faça essa verticalização especialmente no entorno das estações. Vamos dar um exemplo, inclusive para o bem do meio ambiente: uma aeromoça, ou um comandante que trabalhe no aeroporto, se ele morar perto de uma estação do metrô, ele entra no metrô e cai lá dentro do aeroporto; não precisa pegar o carro, não precisa pegar dois ônibus, nem dois lotações. É um sistema inteligente. E

---

quando a gente permite, inclusive com as devidas observações, e eu acho que aqui os Vereadores que emendaram o projeto acertaram discordando dos que me antecederam, o que acontece aqui? Vamos dar um exemplo bem didático para quem está nos assistindo, em um terreno de mil metros quadrados cujo índice é 1,9, o que acontece? O empreendedor pode construir 1.900 metros quadrados. Com o incremento da Lei, ele poderá construir, em vez de 1.900 metros quadrados, 3.000 metros quadrados. Claro, como vai chegar próxima à estação do metrô, vai facilitar a vida de quem mora ali para poder se deslocar dentro da Cidade. Então, vai ter um acréscimo, mas, se o empreendedor não puder comprar o Solo Criado, ele não vai poder fazer a obra, porque não tem Solo Criado. Ontem, teve mais um leilão, se eu não me engano, a venda não chegou a 2.000 metros, quase que deu deserto! Então, a gente tem que ter a compreensão da intenção do aproveitamento do investimento que se vai fazer na Cidade. Quanto custa um metrô por metro linear? E outra coisa, quando ele se preocupa aqui, dizendo que os recursos vão ser auferidos e revertidos na sua integralidade ao Fundo Municipal da Habitação, esse dinheiro vai ser usado para construir casas! Então, acho que está boa aqui a intenção.

Depois, quando o Vereador fala na extensão dos benefícios para os BRTs, acho que é inteligente. Quem aqui não conhece os ligeirinhos de Curitiba? É praticamente o mesmo sentido: adensa a cidade para poder usar o que está se investindo para agilizar, com inteligência, o transporte da cidade. Ou será que não estão vendo que algumas avenidas estão quase em colapso, como são os casos em Porto Alegre das avenidas Assis Brasil, Bento Gonçalves, Osvaldo Aranha e Protásio Alves?

Eu quero falar aqui também a respeito das Áreas de Interesse Cultural. E cumprimento a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, porque Áreas de Interesse Cultural não entram. Não pode construir, está correto! Tem que preservar a ambiência cultural, ninguém vai construir um prédio ao lado da Catedral para ofuscar a Catedral, ou ofuscar a Usina do Gasômetro. A Área de Interesse Cultural tem que ser preservada, é óbvio! Nós não vamos adensar e construir nada para ofuscar o que represente o interesse cultural da Cidade, o patrimônio cultural edificado da Cidade! Quero concordar aqui com a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Mesma coisa o Ver. Ferronato na proteção do Aeroporto Salgado Filho e do Aeroporto de Belém Novo: se o Comar não permite, é claro que não vamos colocar uma lei aqui para construir prédios ao lado do Aeroporto... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Márcio Bins Ely prossegue a sua manifestação de discussão do PLCL nº 020/11, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Kevin Krieger.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Agradeço ao Líder do Governo que me cedeu o seu tempo para que a gente possa também aqui... Obviamente que, depois, se nós não conseguirmos construir um consenso sobre as emendas, na oportunidade do debate por emendas, nós também vamos nos manifestar, mas acho que é importante que a gente possa fazer um apanhado aqui, Ver.<sup>a</sup> Séfora, para que a gente tenha a compreensão de conceito de cidade que está sendo tratado aqui. Será que sai mais caro ou mais barato para a cidade verticalizar em determinar situações, onde há investimentos, especialmente no transporte? E eu digo mais, quando estávamos no Planejamento, nós tínhamos o debate, e aqui a Ver.<sup>a</sup> Sofia falou dos investimentos de zero a três sobre o Minha Casa, Minha Vida, e existia a preocupação também com relação a construirmos unidades habitacionais, e não vamos ter, talvez, a creche, a escola, o parque, a pracinha para as pessoas desfrutarem e o posto de saúde. Só que nós não tínhamos – o Município não tinha – nenhum recurso para construir as casas. Então, como íamos deixar de aprovar as AEISs e buscar captação do recurso para construir as casas, preocupados que não chegaria o transporte, que não teria a praça, que não teria o posto de saúde, enfim. Mas se não tiver gente morando, não vai ter mesmo! Então, o nosso argumento era no sentido de que, pelo menos, vamos ao Governo Federal buscar o recurso para construir as casas! E aqui, neste caso, o Ver. Cassio está sugerindo que o recurso seja todo ele investido para construir casa. Então, concordo com essa iniciativa.

Avalio aqui, como ponderação, também, algumas outras emendas no que diz respeito à preocupação, por exemplo, do Ver. Sgarbossa. Ele diz que a vigência do regime urbanístico só será efetivado, ou efetivamente concedido, após a implementação da linha do metrô. Nós temos que interpretar o que está sendo dito aqui. Implementação da linha em que sentido? Que é o que eu estou dizendo aqui. Não adianta a gente querer buscar o dinheiro para fazer o Minha Casa, Minha Vida, construir as casas só depois que tiver a creche, a escola, as paradas de ônibus. Não vai ter! Vai vir a escola, a creche, a parada de ônibus, depois que as pessoas estiverem morando lá. Então, não adianta dizer que,

---



---

primeiro, vamos construir o metrô para depois autorizar o adensamento. Mas quanto tempo vai levar isso, Ver. Tarciso? Essa emenda aqui nós vamos ter que avaliar melhor. Ou entender e saber o que o Vereador quer dizer quando ele fala na implementação da linha. Se é a linha, ou se é a construção, ou se é a obra, enfim. Porque, senão, o objetivo que é justamente, de maneira inteligente, utilizar e ocupar os espaços urbanos da Cidade não será atingido, pela iniciativa aqui do Ver. Pujol que tem essa observação da emenda do Ver. Sgarbossa.

Quero também fazer referência à emenda da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony que limita a 80 metros. Hoje nós já temos 60 metros, Vereadora. Será que, se nós aumentarmos só mais 20 metros – um quarteirão para dentro do bairro –, não vai ser pouco? Só mais um quarteirão para dentro do bairro? Sessenta metros são dois quarteirões. Será que o cidadão não pode ir a pé quatro ou cinco quadras para pegar o metrô? Eu quero fazer essa ponderação em relação a essa emenda, enfim. Quero dizer o seguinte: concordo aqui com essa iniciativa do Ver. Reginaldo Pujol, e agradeço o tempo que o Ver. Kevin Krieger me disponibilizou.

Para concluir, acho que o projeto é inteligente e quero reafirmar aqui que a capacidade de transporte do metrô é de 40 mil passageiros por sentido/hora. Vão ter argumento e fundamentação se só tiverem casinhas espalhadas em volta? Quem é que vai pegar o metrô? Então, quero fazer esse encaminhamento no sentido de que, ressalvadas as Áreas de Interesse Cultural, os equipamentos de aeroporto e as observações com ponderações, acho correto. A Cidade precisa avançar, e nós vamos ter o metrô em Porto Alegre. Vamos aprovar esse projeto que vai inclusive incentivar a necessidade da implantação desse modal de transporte na nossa Capital. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público aqui interessado neste projeto de difícil compreensão, porque, realmente, o Plano Diretor proporciona uma dificuldade de interpretação e tem muitas alterações. É uma alteração aqui, outra ali, e os bairros residenciais, muitas vezes, vão sendo prejudicados.

---

Eu moro num bairro onde havia 1.500 moradias; hoje, no lugar de uma moradia, constroem condomínios com 14 ou 15 moradias de tamanho considerável, e continuam as mesmas vias de transporte e saídas no bairro. Hoje, às 19h, já não se consegue mais sair do bairro sem congestionamento: é o Plano Diretor. Não somos contra o desenvolvimento, não somos contra as alturas, mas nós temos de ter o equilíbrio, nós temos de ter adensamento para ter mobilidade também, para ter as áreas livres, porque sabemos das consequências: impermeabilização do solo. Nós estamos vendo os exemplos de São Paulo, de outras grandes cidades e daqui mesmo com alagamentos bem graves.

Eu observei, e é regimental, que esse projeto de relevância não passou pelas Comissões, mas é regimental votar sem a discussão, e é por isso que estão vindo vários Vereadores aqui discuti-lo. Também, quem não quer o metrô? Meus Deus, o metrô já existe na Argentina há quantos anos? No Exterior, facilita a vida em viagens. E em outros Estados, também, como o Rio de Janeiro. Queremos, sim, metrô, queremos o desenvolvimento. Mas fico a pensar: um hospital veterinário é prometido desde 2012 e agora está num imbróglio com o Parque Saint'Hilaire, ferindo a legislação ambiental, numa troca com o Município de Viamão que está sendo bem observada. Se um hospital, que é muito menor, está sendo proibido, esse metro vai sair logo? Na crise pela qual nós estamos passando? Claro que nós queremos que saia, nós queremos uma Cidade moderna; nós não queremos pichações, não queremos praças mal cuidadas, buracos nas vias; queremos boas calçadas e prédios de primeiro mundo, como nós já temos. Claro que queremos isso, mas não vamos nos antecipar tanto. Porque, para quem não sabe, o Solo Criado é de significativa importância, e eu tenho lido aqui que o índice 3.0 dispensa licitação. Meu Deus, se o Poder Público precisa de recurso, tanto é que o Estado está com os cofres limpos, nós ainda vamos facultar que tenha alterações no Plano Diretor para que quem tiver mais recurso pague o preço que for sem licitação! Quando fala que não tem licitação, me arrepia. Realmente me preocupo, venho da área de auditoria sei bem o que é possível fazer sem licitação – e com licitação também! Então, essa é a minha crítica a esse projeto. Não sou *expert*, como o nosso Ver. Bins Ely, na área do Plano Diretor, mas tenho uma grande preocupação. Já fui procurada por lideranças que nos passaram vários quesitos que serão prejudiciais no caso de passar um projeto sem certas emendas que estão aqui – muito boas até –, e nós não vamos mais tratar isso com subjetividade,

---

---

porque vamos ver as emendas. Quer chamar a atenção para que fique registrado aqui que esses puxadinhos de Plano Diretor não são benéficos para a Cidade. Muito obrigada. (Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu já vim a esta tribuna em tempo de Liderança de oposição e segui o meu pronunciamento em tempo de Liderança do PCdoB, numa articulação política, no início da Sessão, dialogando com o Ver. Pujol, até no sentido de nós protelarmos esta discussão, não em demérito da apresentação do Ver. Pujol, mas porque há coisas aqui neste projeto que não estão resolvidas. Por exemplo, quando eu vier discutir a emenda apresentada dos 80 metros, eu responderei ao Ver. Márcio Bins Ely. Agora, o que perpassa neste momento? Nós precisamos de um maior estudo de viabilidade técnica, histórica e cultural deste projeto. Não há certeza da execução, por exemplo, do metrô. No mínimo, tínhamos que ter a certeza do início das obras. Temos que revisar o Plano Diretor em 2020. Então, precisamos discutir a Cidade como um todo. Nós estamos compartimentalizando esta Cidade em determinadas discussões. Há pouco a Ver.<sup>a</sup> Lourdes disse aqui que não serve para Porto Alegre este compartimentalização. Eu entendo, eu concordo com Vossa Excelência.

Faltam estudos técnicos ambientais. Eu estou dialogando com o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, pela relação que se tem no próprio processo das Conferências das Cidades, como a última Conferência sobre a Reforma Urbana, que tem aspectos que estão colocados aqui, porque a Reforma Urbana tem vários aspectos, não é apenas habitação e saneamento; é mobilidade, é o respeito ao processo histórico e cultural das nossas cidades.

Eu acho que tínhamos que protelar para uma discussão abrangente, inclusive com a população, porque isso qualifica o projeto. E me refiro sempre à contribuição importante que o IAB – Seção do Rio Grande do Sul está dando a esta Casa.

Já disse que discutirei a emenda no momento do mérito, porque tem que aprofundar mesmo a discussão sobre que cidade nós queremos: uma cidade com ambientes

---

saudáveis para todos ou uma quadra inteira plena de espigões? É disso que se trata. No momento da emenda, eu subo à tribuna para discuti-la.

Há questões que vou ter que repetir, porque, enfim, é o momento da discussão.

Ausência de um estudo técnico mais aprofundado sobre a possibilidade da infraestrutura em geral, além da infraestrutura viária para atendimento ao adensamento que está proposto, pelo menos no projeto. Um estudo mais detalhado deveria também contemplar a identificação dos exemplares arquitetônicos de importância histórica e cultural passíveis de proteção, seja através de inventário ou até mesmo de tombamento. Então, o projeto está desfocado desse aspecto da cidade como um todo e das preservações que nós temos que ter sobre os nossos ambientes, inclusive nossos ambientes naturais. A proposição dessa faixa de 120 metros, eu discuto na hora da emenda de novo. A redução do número máximo de vagas de estacionamento: nós estamos aqui tentando uma reforma urbana, um projeto de mobilidade urbana, uma integração de mobilidade urbana, inclusive sob o ponto de vista do metrô e de BRTs, e estamos modificando questões, sem nem saber se o metrô e os BRTs... Eu fiz um Pedido de Informações, como Líder da oposição, para o qual não recebi resposta até hoje; isso foi há 40, 50 dias! Então, não é ser contra um projeto, mas é buscar aquilo que atende à cidade como um todo. A aplicação dos recursos oriundos do Solo Criado, quanto ao inciso VII – que propõe que a aplicação do regime previsto neste projeto seja condicionada ao início da operação do metrô –, eu repito: eu não recebi resposta ao meu Pedido de Informações dizendo em que pé está a construção do metrô. Então, estamos trabalhando em algo que não olha a gestão da cidade como um todo, inclusive num item que se refere à questão de mobilidade urbana, que se refere a questões inclusive de ocupação de espaços para habitações de interesse social no Centro de Porto Alegre, o que resolveria uma série de questões que se referem, inclusive, ao papel dos carrinheiros em relação a uma política relativa à política ambiental, sob o ponto de vista do lixo ser considerado uma cadeia produtiva. Essas questões estão envolvidas aqui. Acho que deveríamos protelar e buscar uma solução maior para a sociedade.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente Paulo Brum, fui bastante contemplada pela fala do meu colega, Ver. Prof. Alex, e me inscrevi apenas para fazer três considerações. A primeira é a consideração sobre uma verdadeira tragédia, prezado Arno e Rafael, do IAB, que nos acompanham na tarde de hoje. O discurso do metrô que só aparece em dois momentos: na época da eleição, para ganhar votos da população, rapidamente esquecido, ou na hora de aprovar projetos que atendem a interesses da especulação imobiliária. Lamentável, porque a cidade de Porto Alegre precisa de um metrô. E eu quero discordar profundamente do Ver. Márcio Bins Ely, que usou esse argumento do metrô aqui da tribuna e usou o argumento da Av. Assis Brasil. Ora, a Av. Assis Brasil vive um verdadeiro colapso, nisso nós concordamos, Vereador. A Av. Assis Brasil vive um verdadeiro colapso! Basta andar lá Av. Assis Brasil de carro ou de ônibus em horário de pico para constatar o óbvio. E o senhor quer transformar o colapso ao quadrado, adensando ainda mais essa via sem metrô! Sinceramente, eu gostaria, ao discutir esse projeto, da previsão do metrô, do traçado do metrô, do organograma do metrô, da modalidade do metrô, do gerenciamento do metrô, de saber quando será o funcionamento do metrô, mas disso não se ouve falar. Isso a gente só ouve falar na época da campanha eleitoral – eu me lembro como se fosse ontem: na campanha de 2008 e na campanha de 2012. Aliás, até porque ninguém aqui nasceu ontem. Na campanha de 2012, a proposta do metrô era para a Copa de 2014. Eu acho que é para a Copa de 2018, que é a próxima Copa, porque a Copa passou e nada de metrô.

Mais do que isso: as emendas ainda aumentam, Ver. Alex, como a emenda do Ver. Cassio Trogildo, para todo o entorno dos BRTs, os mesmos BRTs que majoritariamente ainda estão em obras e que também eram para a Copa e que ainda não funcionam na cidade de Porto Alegre! Ou eu acordei em outra cidade, ou eu estou vivendo em uma cidade diferente desses Vereadores: que não tem metrô, que não tem BRT, que tem um conjunto de obras começadas e longe de terminarem. Aliás, mais do que longe de terminar: aditadas! Tem uma obra da Anita, por exemplo, que não tem a ver nem com BRT nem com metrô, diga-se de passagem, a obra da Anita, por exemplo, dobrou de valor, é óbvio que não está pronta; obra questionada pela comunidade! Eu e outros Vereadores estávamos numa audiência pública que tratava da obra da Anita, havia um

---

---

engenheiro nessa audiência e ele informou que, como havia uma rocha lá, isso atrasaria a obra, além do que seria caríssimo para retirá-la. Só que o Governo disse que não, que ele estava errado, que havia estudos, pois não é que tinha a rocha lá, e isso dobrou o valor da obra!

É tanto deboche com os interesses do povo, em nome de interesses privados, que eu só posso fazer uma intervenção dura nesta tribuna diante da gravidade desta situação: um projeto que altera radicalmente o Plano Diretor; que adensa brutalmente áreas que já estão em colapso na cidade de Porto Alegre, em nome dos interesses de um metrô que não existe na Cidade e que, ao mesmo tempo, estende-se para os BRTs; um projeto que não foi discutido com os conselhos do Plano Diretor; que não foi construído com as entidades que nos procuraram em relação à legislação federal no entorno do Salgado Filho; e que ainda coloca toda a compra de índice construtivo, Alex, no balcão. Porque hoje existem faixas que foram criadas no último Plano Diretor: até determinado valor é balcão, depois, é licitação. E eles abrem mão de licitação para transformar tudo em venda no balcão. Eu não sei a que interesse esse projeto corresponde a não ser aos interesses da especulação imobiliária, que, certamente, não são os interesses do PSOL, nem do povo de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 020/11.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Uma boa tarde a todos e todas novamente, eu sei que foi rejeitado o requerimento que eu havia feito para analisarmos um projeto consensual – eu digo consensual porque eu já havia consultado a maioria dos Vereadores, e essa maioria era favorável à aprovação do projeto que tratava da proibição da utilização de animais em testes para produtos cosméticos e de higiene pessoal –, mas fiz esse requerimento prevendo que aconteceria justamente o que está acontecendo agora, Ver. Alex. Este é um projeto de tamanha complexidade, de tamanho impacto para a Cidade, que não pode ser tratado assim. Vejam, estamos aqui falando, nada mais nada menos, do que do Plano Diretor da Cidade. Quero fazer uma saudação ao Município de Santa Rita, aqui do lado, onde estive, porque segunda-feira seu Conselho de Desenvolvimento

---

---

Econômico e Social me convidou para ir lá conversar sobre o Plano Diretor. Não que eu seja, como se diz, um técnico na área, mas justamente o pedido da Prefeita Margarete é que se falasse sobre concepções de cidade, e fui lá dizer, justamente, que uma cidade tem que estar voltada na escala humana, e isso, pelo jeito, foi, de alguma forma, positivo para os conselheiros e conselheiras que estavam lá, porque puderam perceber que numa cidade não se trata apenas da mobilidade motorizada, mas de uma mobilidade humanizada em que o transporte coletivo é, sim, o centro da forma de se deslocar na cidade.

Pois bem, o projeto que estamos aqui discutindo também fala isso. Num primeiro olhar, ele fala que, ao promover o adensamento da cidade, estamos utilizando os espaços de forma mais intensa, portanto gerando menos distâncias. É um bom debate. A questão do adensamento sem impactos na vizinhança seria um modelo ideal. Costumo falar que o bairro Bom Fim, por exemplo, é um bairro na nossa Cidade que é adensado sem a necessidade de prédios tão altos. Nós sabemos que o transporte coletivo, onde passarão os BRTs... A discussão sobre os metrôs eu digo que é uma discussão ainda em andamento, porque um BRT que tenha efetivamente a capacidade de ultrapassagem e as sinaleiras sincronizadas para que encontrem sempre sinal verde para si, realmente é de se questionar se um ônibus do BRT não substitui o metrô, com várias vantagens. Cito duas delas: primeiro, o custo, logicamente, muito reduzido em relação ao metrô; segundo, a possibilidade de você continuar interagindo com a cidade, conseguir ver a cidade e não entrar num buraco e sair do outro lado, como se diz. Mas essa é uma discussão que vamos fazer.

Então nós sabemos que a Câmara se debruça sobre os projetos quando eles entram na Ordem do Dia. O argumento muitas vezes utilizado de que tramita há muito tempo, como cabe ao autor o gerenciamento do momento em que vai à votação, de regra, não se sabe se um projeto que está tramitando há dez anos aqui na Câmara será votado nesta legislatura ou ficará para a próxima – isso depende muito do pedido do autor. Por isso que se cria a lógica de quando vem para Ordem do Dia, neste momento, as atenções se concentram. Mas pela quantidade de emendas que já se propôs ao projeto, pelo tamanho do impacto – está aqui o Arno, nos alertando para todas as questões, trouxe cartazes, mostra o quão complexo aqui é o debate deste projeto. Só isso já nos dá a necessária prudência para analisarmos e entendemos os vários pontos de vista. Não queremos dizer

---

aqui que tudo está errado, que nós somos o sal da terra que vai dizer o que é certo e o que é errado. Mas aqui, por enquanto, não apareceram os pontos de vista. E é um projeto de uma complexidade que talvez nem nós, Vereadores, conseguiremos entendê-la. Então, aqui é uma primeira intervenção temos várias emendas. Era previsto que seria discutido a fundo esse projeto, e nem entramos, nem começamos a entrar nas emendas, estão todas destacadas, ou seja, é possível destacar e falar sobre cada uma. Então, faço um convite para irmos com calma, estamos tratando aqui do futuro da Cidade. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Apregoo a Emenda nº 09, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLCL nº 020/11.

**A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum. (17h27min) Encerrada a Ordem do Dia.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Está encerrada a discussão?

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** A discussão foi suspensa por falta de quórum. Na próxima segunda-feira, o seu projeto volta à discussão como primeiro da Pauta na ordem de votação.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum):** Passamos à

**PAUTA ESPECIAL**



A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Vereadores e Vereadoras, população que nos acompanha, quero que a gente possa, com muito cuidado e zelo, discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, como espero que essa retirada de quórum nos possibilite rever e ampliar a discussão sobre o projeto que até então estava em Pauta nesta Casa, de aumento de alturas em torno do metrô.

A nossa Cidade votou neste ano, discutiu longamente e aprovou dois planos municipais que considero muito importantes e estratégicos: o Plano Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Educação. São planos para dez anos, planos que indicam estratégias e metas. O Plano de Cultura, na verdade, deve ter um debate, agora, na sequência, de metas; tirou grandes estratégias, mas incorporou a participação popular e incorporou algumas emendas que eu espero que comecem a ser contempladas nas leis de diretrizes e nos orçamentos da Capital. Eu acho que, no ano que vem, nessa diretriz, tem que estar previsto que o início do cumprimento do estipulado no Plano Municipal de Cultura já possa se traduzir no primeiro ano, ampliando-se recursos para a cultura.

A cultura teve, na capa do Segundo Caderno, no dia de ontem, a tristeza do espaço Túlio Piva, do nosso Teatro de Câmara, que foi fechado há um ano e meio e ainda não tem projeto para a sua recuperação. Mesmo que o projeto fique pronto este ano, segundo o Secretário de Obras, não há previsão orçamentária. Portanto, imagino que nós, coletivamente, nesta Casa, devamos estabelecer recursos para a recuperação desse teatro, que é tão importante. Espero que venha, Rosane, colega militante da cultura, no orçamento, mas, se não vier, nós queremos que esteja previsto. E não é pouco recurso, por isso não pode ser obra de um ou outro Vereador, tem que ser uma obra coletiva. Se nós votamos ampliação de espaços culturais, fortalecimento da cultura, no Plano Municipal de Cultura, nós precisamos traduzir isso, ano a ano, no orçamento que vem para esta Casa.

De outro lado, no Plano Municipal de Educação, ficou reproduzido – não é uma invenção – o atendimento de cem por cento das crianças de quatro e cinco anos, que devem estar na pré-escola, que em torno de 8 mil novas vagas devem ser criadas para que todas as crianças, no início de 2016, estejam sendo atendidas. Em Porto Alegre, infelizmente, a defasagem é enorme.

---

Eu solicitei ao Ver. Pujol, nosso Presidente da CECE, que abra uma reunião sobre esse tema. Acho que nós temos que escrever na LDO, porque isso não é um plano para dez anos, mas para o ano que vem. E a Prefeitura de Porto Alegre tem a alternativa, sim, do regime de colaboração nos espaços físicos das escolas estaduais, colocando professores e construindo turmas de educação infantil.

Na semana que passou, nós, da CECE – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, estivemos na Escola Estadual Cândido Portinari, aqui, no início do bairro Menino Deus, quase no Centro da Cidade. É uma escola que, de cara, pode atender duas turmas de Educação Infantil, porque tem, de manhã, duas salas ocupadas só em um turno com crianças pequenas, com seis anos, com banheiros adaptados para elas, com brinquedos, com parque específico. Então essa medida é otimizadora de recursos, colocar um professor, fazer o Regime de Colaboração com o Estado, receber recursos pelas crianças. Só ali na Cândido Portinari nós podemos receber 50 crianças de quatro e cinco anos. Isso nós queremos contemplar nas Diretrizes Orçamentárias para que no ano que vem, de fato, comece... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)  
(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Paulinho Motorista assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulinho Motorista):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é uma alegria para mim verificar que neste momento importante para a Casa, que é a discussão preliminar a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Mesa está presidida pelo Ver. Paulinho Motorista. Um moço de origem humilde, mas muito responsável. Vereador, eu tenho imensa alegria em vê-lo presidindo, até porque eu não tenho o direito de duvidar da sua palavra, que é um homem de uma palavra só.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, como já tive a oportunidade de falar em outras vezes, é uma das tantas ficções que este País tem. A gente faz os orçamentos, depois vem a execução orçamentária, as verbas são contingenciadas, e, às vezes, eu chego a ter dúvidas de que todo esse esforço de organização nacional que se fez com a Lei da

---

---

Responsabilidade Fiscal, colocando condições para as elaborações dos orçamentos, se ela não esbarra numa realidade que é evidente. Neste País, no nosso País, no meu querido Brasil, a supremacia do Executivo sobre os Parlamentos é absoluta. E, não raro, é o próprio Parlamento que se encolhe, quando deixa de utilizar as suas prerrogativas, por conveniência momentânea, de tomar posição sobre determinados assuntos para os quais ele estaria convocado a assim agir. Mas, de qualquer sorte, Sr. Presidente, com todo esse ceticismo que toma conta relativamente às consequências práticas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mesmo assim eu acho que ainda faz parte das nossas incumbências, das nossas responsabilidades olhar esses documentos não com lupa, mas olharmos os detalhes, porque, veja bem, o documento diz “convicção do Prefeito de que a prioridade um, no ano que vem, é a habitação”. E eu sei que habitação não se faz do dia para a noite. Se tem alguma coisa que eu, mais ou menos, posso dizer que tenho consciência de como as coisas acontecem, é habitação.

Eu sempre disse que o Município estava cometendo um grande equívoco ao entregar, para a Caixa Econômica Federal, centenas de terrenos, milhares de lotes, milhões de metros quadrados, para que ela pudesse desenvolver, aqui em Porto Alegre, o Minha Casa, Minha Vida para a população de baixa renda, com renda de até três salários mínimos regionais. O Governo de Porto Alegre foi mais longe: para cada unidade construída nessa faixa, ele adiciona ao pagamento feito pela Caixa mais oito CUBs por cada unidade habitacional. Evidentemente, Sr. Presidente, isso tem gerado algumas habitações que estão sendo disputadas feericamente numa cidade que, cada vez mais, precisa de habitação popular. Então, Sr. Presidente, é evidente que nós temos que ter todos os cuidados possíveis de reorientar a política habitacional no Município de Porto Alegre. E uma das formas mais indicadas, Ver.<sup>a</sup> Sefora, é gerar fontes de recurso. E uma dessas fontes que nos parece óbvia estava em discussão há poucos momentos aqui na Casa. Através da vitalização de determinadas áreas de Porto Alegre que precisavam ser adensadas, Ver. Cláudio Janta, criavam-se instrumentos válidos de captação de recursos através do Solo Criado. E uma emenda do Ver. Cassio Trogildo dizia que esses recursos teriam que ser integralmente colocados em habitação popular. Hoje, a regra fala em alguma coisa como 75%. Eu não vejo, pelo menos no momento, caminho mais adequado do que esse, no sentido de capitalizar o DEMHAB com recursos próprios, capaz de ele desenvolver, sem grandes burocracias, habitações em profusão e deixar de ser apenas

---

pág. 51

---

vitrine de televisão. Porque, ultimamente, eu só vejo casa popular na televisão. Em Porto Alegre, faz muito tempo que não vejo aquelas casinhas que eram ridicularizadas, feitas no tempo do extinto Banco Nacional de Habitação e que geraram algumas cidades dentro da cidade de Porto Alegre, entre as quais a minha querida Vila Restinga.

Pois bem, Sr. Presidente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias insere – e a condição é o do Prefeito da Cidade – a vontade da população, convocada através do Orçamento Participativo, de que a grande prioridade do Município no Orçamento vindouro é a habitação popular. Nós, neste período de crise que o País está vivendo, de falta de credibilidade, temos que dar alguma credibilidade dentro do Orçamento. E a melhor maneira de tornar este Orçamento respeitado, de poder pugnar pela sua execução no próximo exercício financeiro do Município de Porto Alegre é criar alternativas concretas para que o Município não precise andar com a bandeja na mão pedindo socorro ao Governo Federal, que está quebrado, que não consegue se sustentar, quanto mais esticar o braço até as necessidades do Município.

Por isso, Sr. Presidente, com todo o meu ceticismo, com toda a minha confessada certeza de que os Executivos dobram os Legislativos deste País, e chego até a dizer que, nos chamados malditos anos do regime militar, nós tínhamos nos Legislativos maior força do que temos agora. Os mecanismos asseguravam o cumprimento das decisões do Parlamento, quer seja na Lei Orçamentária, quer seja no cotidiano. Naquela época, em Porto Alegre, em qualquer grande obra, o contrato só era assinado depois que o Parlamento Municipal opinasse a respeito. Hoje, só sabemos das coisas depois que a obra não se concretizou, ou não se realizou, aí vem o pedido para nós autorizarmos mais um financiamento. Vamos procurar andar com as nossas pernas.

Eu tenho um estudo, que foi feito por um grande arquiteto, apoiado por um grande engenheiro, que demonstra que temos no instrumento do Solo Criado um mecanismo capaz de gerar um grande projeto habitacional em Porto Alegre para favorecer a baixa renda e, ao mesmo tempo, estimular a construção civil, que é a maior empregadora de mão de obra do nosso País. Quando ela desemprega, as pessoas vão para as ruas mendigar por falta de emprego. E esse quadro, que se agrava neste País, eu quero contribuir para modificar, e começo com o meu discurso neste momento, no dia de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulinho Motorista):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Em discussão a Lei de Diretrizes Orçamentária, a chamada LDO, para 2016 nesta Sessão de Pauta. Eu estive analisando e quero abordar alguns pontos que me chamaram a atenção e sobre os quais farei os devidos esclarecimentos quando a matéria for debatida, para que, no momento da votação, as dúvidas já tenham sido dirimidas. Por exemplo, os resultados negativos da receita previdenciária *versus* despesas previdenciárias do Previmpa; a meta para ação do Fundo Municipal dos Direitos Animais; a meta para ações fiscalizadoras de animais domésticos; e ainda relativamente às aposentadorias dos servidores municipais através do Previmpa. Fiquei até espantada com as chamadas na pág. 49 da LDO. Diz assim (Lê.): “Considerações Finais do Plano Previmpa-Cap. Ratificamos que é de extrema importância a atualização cadastral das informações dos servidores, principalmente em relação aos ativos, pois a estimativa de idade de aposentadoria programada é muito sensível a qualquer alteração de idade de entrada, portanto é imprescindível considerarmos a idade real para evitarmos ao máximo o uso de estimativas.” Realmente não entendi por que dessa observação. Eu trabalhei na Prefeitura por um ano e meio na época da Coordenadoria das Políticas Públicas para Animais até a criação da SEDA, e havia o sistema Ergon, que inclusive é o mesmo utilizado aqui na Câmara. Nesse sistema há campos para todas as informações, como data de nascimento do servidor, data de admissão, entre outros. Além de que, periodicamente, são feitos recadastramentos que, até onde se sabe, todo o servidor admitido deve obrigatoriamente apresentar documento de identidade ou certidão de nascimento, onde, por certo, consta a data de nascimento. Também referentemente ao Previmpa, constatamos nas tabelas das páginas 51 a 54, dados preocupantes a partir, claro, de 2038 – daqui a 13 anos –, mas isso é projeção, e claro que se não chamarmos atenção – o que será o futuro? –, haverá um déficit de R\$ 548 mil ao ano entre receitas previdenciárias e despesas previdenciárias. Na pág. 51, a cada ano de acréscimo, o déficit chega, em 2089, a R\$ 815 milhões. Depois, na página 52, que trabalha com uma idade média de servidores ativos até 40 anos. Na tabela de idade média de 52 anos para servidores ativos, já no ano 2015 há um déficit de R\$ 786

---

pág. 53

---

milhões. E na página 53, para 2027, chegará a R\$ 1,12 bilhão. É o futuro! Na hora que mais vai se precisar nas aposentadorias. Antes que possamos continuar qualquer debate, nós não sabemos a idade real: se vão trabalhar com 40 anos, com 52 anos ou outro dado. Também não consegui entender as tabelas de adequação previdenciária, onde fala no equacionamento do déficit atuarial, pois precisamos saber as medidas adotadas para a preservação até das aposentadorias. Hoje eu estou também dependendo de uma aposentadoria de fundação, sabemos bem a importância do cálculo atuarial para que, na hora difícil, a gente não fique sem esse amparo.

Também não poderia deixar de analisar as metas para os animais. O Fundo Municipal dos Direitos dos Animais, nas páginas 65 e 66 da LDO, consta 3.250 esterilização de cães e gatos para 2016, e 3.350 para 2017. Eu quero dizer que a Organização Mundial de Saúde prevê, considerando as economias dos cofres públicos, que cada ação, cada projeto deve esterilizar 80% daquela população para retornar, posteriormente, e realizar os outros 80% porque a procriação é muito rápida, senão, você fica gastando dinheiro público e não consegue atingir os resultados; e aí é o que vemos nas cidades o grande número de animais abandonados, procriando, sem atendimento. E a meta do Fundo Municipal dos Direitos dos Animais, na página 65, prevê ainda 3.250 esterilizações. O Fundo dos Direitos dos Animais, que nós criamos, não recebeu um só centavo de recurso desde a sua criação em 2012. E olha que se prevê uma multa de maus-tratos de oito mil e poucos e nós temos muitos maus-tratos comprovados mediante denúncias nas próprias redes sociais. Então, a contabilização no Portal Transparência nem de doações de iniciativa privada aparece, nem multas, nada. E a Lei Complementar nº 694, regulamentada pelo Decreto nº 18.587, segunda a meta a ser estabelecida nesse item, seria uma construção do hospital veterinário, inclusive, porque essa promessa é de 2012, e o convênio de uma empresa doadora seria de R\$ 3,5 milhões, também não aparece. Embora tenha iniciado a pedra fundamental no Jardim Botânico, agora tem esse problema do Parque Saint'Hilaire – que eu já falei anteriormente.

Bem, o quantitativo de animais domésticos esterilizados, de 3.250, é insignificante diante da realidade que temos aqui na Capital. Nós lutamos e reivindicamos um órgão e temos uma secretaria, mas a nossa esperança está se indo, porque não atingiu as metas, e o que se vê a cada dia são mais pedidos, cada dia aparecem mais canis de pessoas sem condições financeiras de mantê-los. Então, vamos analisar isso ainda mais

---

profundamente. Das ações fiscalizatórias, constam 5.500 fiscalizações para 2016 e 5.600 para 2017. A meta apresentada é quase o dobro do número de solicitações de maus-tratos que chegam ao 156, inclusive – é uma meta que é demanda pela sociedade, independente da vontade da Prefeitura. Segundo, o número de solicitações no 156 tem decaído mês a mês, é o que dizem as protetoras nas redes sociais – e não vale a pena reclamar. Um levantamento aponta que 50% dos casos registrados em 2015 ainda está em aberto – 50% dos casos! E cerca de 20% desses casos de anos anteriores também ainda não foram concluídos. E terceiro, achar que 90% das denúncias são brigas de vizinhos, dizer isso no jornal é muito simplista, vamos aprofundar mais a análise. Então a meta pode ser fiscalizações e o tempo medido para atendimento de fiscalização.

Não pode, simplesmente, a equipe deixar a notificação por maus-tratos na casa, no endereço, porque o animal já pode ter morrido, e isso é caso de maus-tratos. Casos emblemáticos que aconteceram, como canibalismo, na Rua Dr. Mário Totta; a cadelinha Twid que se atirou do prédio, entre aspas – não se sabe bem –, todos esses pontos precisam de atendimento imediato. Não vamos considerar que sempre é briga de vizinho, pode acontecer, mas temos muitos casos graves. Queremos ressaltar que quem maltrata um animal tem problemas em casa, maltrata a família também, podendo ter casos muito severos contra crianças, idosos e a própria família em si. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulinho Motorista):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Vereadores aqui presentes, a Pauta Especial é um momento importante para nós, Vereadores, que nos permite discutir o Orçamento do nosso Município. Estamos vivendo um momento muito difícil no nosso Estado. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes acaba de dizer que aguarda uma aposentadoria, e eu ainda disse para ela que essa aposentadoria será de R\$ 600,00 por mês, na atual realidade do nosso Estado, onde servidores – ativos e aposentados – receberam, nesta segunda-feira, essa quantia. Assim como é um momento difícil para a União; acompanhamos, nesta segunda e terça-feira, os índices preocupantes e negativos de investimentos, tanto que, ontem, o Governo anunciou vários pacotes de aumentos, de alíquotas de IPI de vários produtos

---

industrializados – produtos que, tirando a pinga, a maioria não mexe no nosso dia a dia! É uma sinalização de que isso irá influenciar, no futuro, alguns aumentos de grande repercussão. Essa é a crise dos governos.

O nosso Município, com muita coragem do Prefeito, manda para cá a LDO, com correção. Nós não conseguimos ainda nos debruçar na LDO, já iniciamos isso na nossa equipe, mas já vimos que o Governo corrige o Orçamento do Município em todas as áreas e amplia em algumas áreas. Esperamos que o Governo tenha fôlego e gás para cumprir este Orçamento. Sabemos que, a cada R\$ 100,00 arrecadados no Município de Porto Alegre – para entenderem, senhoras e senhores, que estão nos escutando em casa através da TVCâmara ou da Rádio Câmara –, no dia de hoje ou durante toda a semana, R\$ 62,00 vão para a União. A cada R\$ 100,00, Ver. Paulinho Motorista, R\$ 62,00 vão para a União. E a Prefeitura de Porto Alegre, nessa LDO, manda uma correção na saúde básica – que é o Programa de Saúde da Família, as unidades básicas de saúde, os prontos atendimentos; a saúde de um todo. Porto Alegre é responsável pela saúde como um todo no nosso Estado, e 40% das pessoas atendidas em Porto Alegre são de fora da nossa Cidade. Ainda hoje saiu, na imprensa, que o critério para a entrega de medicamentos vai aumentar, porque uma porcentagem muito grande das pessoas que tiram medicamentos em Porto Alegre não é da nossa Cidade. A nossa Cidade – que fica com R\$ 16,00 de cada R\$ 100,00 – é responsável por toda essa parte da saúde, recebendo uma contrapartida da União e do Estado, que pagou R\$ 600,00 para os seus trabalhadores e não vem honrando as sua contrapartida com o Município, devendo mais de R\$ 50 milhões para a Prefeitura de Porto Alegre em repasses. São informações que se tinha há dois meses.

Além disso, a Prefeitura de Porto Alegre é responsável pelo Ensino Fundamental, até a 9ª série é responsabilidade do Município; depois passa a ser responsabilidade do Estado; e, depois, o Ensino Superior é responsabilidade da União.

Todas as obras que vemos do Governo Federal – não só em Porto Alegre, mas em vários Municípios –, a Prefeitura é obrigada a dar uma contrapartida. Não vêm 100% do dinheiro! O Ver. Reginaldo Pujol falou que sente saudade dos conjuntos habitacionais que foram construídos na Cohab: temos a Restinga, a Costa e Silva, vários outros bairros em Porto Alegre. Institutos de previdência também que construíram bairros em Porto Alegre. Todas as obras que vemos do Minha Casa, Minha Vida, bairros que estão sendo construídos em



---

Porto Alegre e obras que tinham o rótulo da Copa, que foram construídas em Porto Alegre, obras de saneamento, de infraestrutura viária. Para todas estas obras, as Prefeituras, não só a de Porto Alegre, têm que dar uma contrapartida.

É muita coragem dos Prefeitos, não só do nosso Prefeito, neste momento difícil que vive o nosso País, corrigirem os seus Orçamentos. Esperamos que todos consigam cumprir e, no que depender da nossa bancada, do nosso partido, vamos fazer o possível para que isso ocorra para melhorar a vida da população de Porto Alegre, principalmente nessas questões de extrema importância e relevância, como a saúde. Somos defensores da abertura dos postos de saúde até a meia-noite, 24 horas. Temos emendas na LOA para que abram até às 22h. Somos defensores da escola de turno integral, para que os nossos filhos não fiquem na rua à mercê do banditismo. Mas, para isso tudo, precisa-se de dinheiro.

Achamos que a mobilidade tem que melhorar nesta Cidade. Os trabalhadores não podem demorar mais de duas horas para chegar no local de trabalho, não podem incluir isso não sua jornada de trabalho. Para isso, precisa-se de dinheiro, precisa-se de investimentos.

Então, esperamos que a Prefeitura tenha saúde financeira, que comece a cobrar dos seus credores e que não deixe acontecer que nem no Estado, que tem um déficit de R\$ 35 bilhões, de pessoas que devem ICMS, IPVA. Este Estado fica tentando chantagear a população, tentando aumentar o ICMS, tentando que nós paguemos mais luz, mais impostos sobre os alimentos, sobre o combustível, enquanto os credores continuam devendo para o Estado do Rio Grande do Sul, assim como a União, que, em vez de cobrar os seus credores, fica tentando aumentar os impostos do povo brasileiro.

Então, nós esperamos que a Prefeitura não deixe o Município chegar nesta situação e que a LDO venha para cá, para a Câmara de Vereadores, com um Orçamento real, e que a gente não precise, daqui a algum tempo, estar revendo este Orçamento, até porque aprovamos nesta Casa, com muita festa, uma lei que a Ver.<sup>a</sup> Jussara buscou dentro desta Casa, do Vice-Prefeito, que amplia a responsabilidade do Executivo neste Orçamento, nestas metas.

Acreditamos que esta Casa, juntamente com o Executivo, vai se debruçar na busca do melhor para o povo de Porto Alegre nas áreas que são mais essenciais para a população. E uma delas, volto a afirmar, que dá dignidade às pessoas, e, principalmente, para poderem ser atendidos nas questões da saúde e da educação, para seus filhos

---

conseguirem uma creche, conseguirem uma pré-escola, uma escola, é a questão da habitação. Com muita força, fé e solidariedade vamos construir uma cidade para todos; uma cidade onde a população tenha dignidade para viver. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulinho Motorista):** Encerrado o período de Pauta Especial.

Passamos à

## **PAUTA**

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Cláudio Janta, que me antecedeu, comento o início da tramitação de projetos legislativos e aproveito para fazer uma reflexão com relação à iniciativa que libera a circulação de veículos leves nas faixas e nos corredores exclusivos para ônibus, nos dias em que ocorrer greve do transporte público no Município de Porto Alegre, com a efetiva paralização desse serviço. É uma sugestão que nos remete a uma discussão que estamos tendo com o Governo Municipal e dialoga com o momento dramático que estão vivendo os servidores do Estado. Hoje, os bancários ganharam, por liminar na Justiça, o direito de não abrirem as portas dos bancos, se eles não têm segurança – o que tem razão de ser, pois a situação de violência é enorme no nosso País e no nosso Estado. E com essa redução de contingente, com o parcelamento absurdo dos salários, confisco de salário... E aqui eu me permito fazer esta observação: o Governador Sartori preferiu deixar depósitos judiciais no banco, em instituição financeira, e confiscar salário de servidor, que já ganha muito pouco, como professores e brigadianos. Ora, em caso de greve, está mais do que justificado – e eles estão fazendo greve com justiça porque não estão recebendo – que se proteja a sociedade.

E nós estamos vivendo, Ver. Janta, a demissão que a Carris fez de sete funcionários, o Paulinho sabe disso, porque, na mobilização anterior, quando houve o primeiro parcelamento dos salários, em que houve inclusive aquartelamento dos brigadianos, que

---

anunciaram que não estariam nas ruas, a Carris parou os ônibus por decisão dos motoristas, sem que houvesse bloqueio ou força de fora. A Carris já é uma empresa extremamente atingida com assaltos, todos os sete já haviam sido assaltados em algum momento – os assaltos atingem os cobradores e as cobradoras, os motoristas e as motoristas, assim como os usuários do transporte coletivo, sempre com brutalidades –, então, a Carris parou, assim como os bancos também pararam, e as pessoas, homens e mulheres, lideranças do movimento, delegados sindicais da Comissão de Trabalhadores foram sumariamente demitidos, com justa causa, inclusive, pela Carris. E nós que conhecemos o Weber, o Afonso, exemplificando apenas dois, sabemos como eles são lutadores, companheiros, de diferentes nuances políticas, assim como outros que eu nem sei o nome, porque nem tenho familiaridade, eles fizeram uma assembleia na saída dos ônibus, com o conjunto de motoristas, e disseram que estavam correndo riscos, em função do aquartelamento, que não tinham como expor os passageiros e os motoristas, mas mesmo assim foram sumariamente demitidos. Nós tivemos uma reunião com o Vice-Prefeito Sebastião Melo, eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, assim como com outros Vereadores, sei que o Paulinho está envolvido, quero pedir o apoio do Ver. Janta, que não estava presente, certamente por incompatibilidade de agenda, e nós agora estamos cobrando um retorno. O Ver. Sebastião Melo teve um falecimento trágico na sua família, mas depois nós vamos pedir um retorno sobre a revisão dessas demissões políticas. Uma empresa tem direito de demitir, mas, nesse caso, para defesa dos passageiros e dos trabalhadores, as lideranças que assumiram à frente do movimento foram punidas. Então, nós, aqui, temos um projeto de lei propondo alternativas em casos de greve e nós queremos dizer que não aceitamos esse tipo de medida. Essa greve foi defensiva, foi decidida em assembleia, e eles agiram representando o conjunto dos trabalhadores e a nós todos, inclusive os passageiros. A situação é muito grave e não podemos aceitar punição para quem constrói alternativas de segurança, e eles pagarem com o próprio emprego, com demissão sem nenhum direito em função de algo tão importante e estratégico para as nossas categorias, para os cidadãos e cidadãs.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Paulinho Motorista):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sra. Vereadora, venho falar aqui do PLL nº 156/15, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, referente à utilização da faixa de ônibus pela população de Porto Alegre nos dias de greve – um projeto de importância. Entramos com uma emenda permitindo também que os taxistas de Porto Alegre usem essa faixa de ônibus nos horários em que não tenha tanto trânsito na cidade de Porto Alegre para ajudar na locomoção quando estejam com passageiros. Pegando um gancho no que a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon estava falando: não foi uma greve na Carris; na verdade os trabalhadores, seguindo orientação do seu sindicato, fizeram assembleias, junto com seus delegados sindicais, nas portas de todas as garagens de ônibus de toda a Cidade. Nas garagens de ônibus os trabalhadores decidiam se saíam ou não com os ônibus. Teve empresa em que os ônibus saíram às 7h, teve empresa em que os ônibus saíram às 7h30min, teve empresa em que os ônibus saíram às 9h, e a Carris por unanimidade dos seus trabalhadores – há fotos e filmagens na Record, no SBT, na RBS e em todas as redes de TV, tem foto nos jornais – decidi não sair com os ônibus por questões de fatos já narrados aqui pela Sofia. Pelas linhas que a Carris faz, há pontos que atravessam a cidade de Porto Alegre, seus profissionais tem sido os mais assaltados na cidade. E não é só a questão do assalto, mas da agressão que os profissionais recebem. Quero dizer para Ver.<sup>a</sup> Sofia – falei para a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna – que o Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre já se manifestou, dizendo que era uma assembleia da entidade, o Afonso é delegado dessa entidade; a companheira Neusa, que é representante nossa dentro da Carris, também está nesta lista dos demitidos. Então, foi uma decisão arbitrária da direção da empresa, que demitiu dirigentes, representantes dos trabalhadores com estabilidade no emprego; pessoas que conquistaram essa estabilidade na luta sindical, conquistaram essa estabilidade por votos dos trabalhadores e estavam naquele dia exercendo a sua atividade sindical, os seu direito sindical, de defender a vida dos trabalhadores – era um dia atípico. Ontem mesmo, a Cidade presenciou um crime bárbaro, no Bom Fim, no Centro da Cidade, pode-se dizer, uma pessoa foi fuzilada dentro do Centro da Cidade. Esses crimes têm acontecido diariamente nos ônibus da nossa Cidade. Imaginem sem a segurança pública – hoje, o sistema financeiro, que mais ganha dinheiro neste País, ganhou liminar para não funcionar. Não foi para proteger os trabalhadores de banco, foi para não funcionar, para que saques não acontecessem no sistema financeiro, em

---

nenhum momento eles se preocuparam em proteger os trabalhadores, se preocuparam com seu patrimônio. Então, nós queremos nos somar aqui aos trabalhadores da Carris, estamos juntos com a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda, assinamos um documento dos Vereadores aqui, pedindo que a Prefeitura reintegre esses líderes sindicais. Essa atitude arbitrária da direção da empresa, que rasga toda e qualquer orientação da Organização Internacional do Trabalho; rasga qualquer orientação sindical. Uma atitude completamente arbitrária e absurda que a direção da empresa fez num momento difícil pelo qual a cidade de Porto Alegre passa. E essa categoria já tem dado exemplos da sua união, tem dado exemplos de combatividade e de comprometimento com a luta do povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Paulinho Motorista):** Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 1815min.)